



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

**JOSÉ LUIZ JUNIO DE OLIVEIRA**

**A MOBILIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DA  
PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LUTA POR DIREITOS**

**Brasília – DF**

**2016**

**José Luiz Junio de Oliveira**

**A MOBILIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DA  
PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LUTA POR DIREITOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Ângela Vieira Neves

Brasília – DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**JOSÉ LUIZ JUNIO DE OLIVEIRA**

A MOBILIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DA  
PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA LUTA POR DIREITOS

Monografia aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Ângela Vieira Neves – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília  
(Professora orientadora)

---

Profª Priscilla Nolasco De Oliveira – Membro Interno  
Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas – IH/UnB  
(Professora Examinadora)

---

Thaís Kristosch Imperatori – Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE – UnB)  
(Profissional Examinadora)

**BRASÍLIA/DF**

**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por me conceder a realização de mais uma importante etapa na minha vida. Agradecer a toda minha família, que se fez presente em toda minha trajetória na academia, do momento da minha aprovação até a este momento de conclusão do curso. Agradeço a toda a minha família de coração, amo demais todos vocês!

Agradeço a todos os(as) professores que eu tive a honra de conhecer nas diversas disciplinas, que contribuíram para a minha formação como profissional em Serviço Social.

Em especial, agradeço a Professora Dr<sup>a</sup> Ângela Vieira Neves, minha orientadora que desde o início quando eu fui seu aluno, lá no meu terceiro semestre, teve paciência comigo. Até me conceder a oportunidade de integrar o Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Democracia, sociedade civil e serviço social – GEPEDSS do qual ela é a coordenadora. Nesse grupo de pesquisa, mesmo que no “empurrão” da professora, (risos) foi onde aprendi tudo que sei hoje sobre o complexo, porém, rico contexto de se estudar a política pública no Brasil, tendo como fruto este trabalho. Agradeço também aos meus amigos do GEPEDSS, Megaron (Mega) Lohanne (Lohas) Melina (Mel) muita parceira nesses três anos praticamente de pesquisa!!

Agradeço também aos meus demais amigos, os de anos de amizade, os que ganhei na UnB, galerinha do Serviço Social, em especial minha turma 1/2012, que em algum momento já escutaram meus dilemas, alegrias vividos e compartilhados pelos corredores dessa universidade.

Agradeço também ao CONADE, à todos os(as) conselheiros(as) que sempre se mostraram receptivos em colaborar com a pesquisa, o CONADE foi o espaço onde me motivei em continuar com a pesquisa, ao ver pessoas tão engajadas na luta por direitos do segmento da pessoa com deficiência. Agradeço em especial ao Anderson Tavares Correia da Silva – Coordenador Geral do CONADE e ao José Carlos Pereira – da Assessoria, com os quais tive maiores contatos, sempre muito colaborativos e prestativos.

Muito Obrigado de verdade a todos vocês!

*“Há homens que lutam por um dia e são bons; há outros que lutam por um ano e são os melhores; há outros, ainda que lutam por muito anos e são muito bons; há, porém, os que lutam por toda a vida, estes são os imprescindíveis”. (Bertold Brecht)*

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Entidades segmento Governo: Gestão 2015-2017 \_\_\_\_\_55

Tabela 2 – Entidades segmento Sociedade Civil: Gestão 2015-2017 \_\_\_\_\_56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidades

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência

GEPEDSS – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado Sociedade Civil e Serviço Social

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso, trata do histórico da mobilização da sociedade civil, voltada para os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Partindo do pressuposto, datado no período sobretudo, em 1988, ano que marca a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com esse fato, busca-se analisar como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), contribui para o fortalecimento, tanto da mobilização de uma sociedade civil organizada, voltada para o segmento, como para os avanços presentes na legislação e das relações do CONADE junto ao poder legislativo. Como resultado observa-se que há uma efetiva mobilização da sociedade civil, um associativismo de pessoas que integram o segmento das pessoas com deficiência, o que contribui para os avanços de diversos direitos para a pessoa com deficiência no Brasil, garantindo inclusão e possibilitando a formação de sujeitos detentores de direitos.

**Palavras-chave:** Conselho. Pessoa com Deficiência. Mobilização. Sociedade Civil.



## Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – O processo da construção democrática no Brasil: a mobilização e identidade da sociedade civil e dos movimentos sociais para pessoas com deficiência.....	14
1.1. Democracia, participação no Brasil .....	14
1.2 Sobre a Sociedade Civil e participação social no brasil .....	17
1.3 A mobilização e participação das pessoas com deficiência no Brasil .....	25
CAPÍTULO II – A política pública voltada para a pessoa com deficiência: ampliando direitos? .....	30
2.1. Deficiência e sua conceituação .....	30
2.1.1 Definição de deficiência na legislação .....	32
2.2 Sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência– Seu processo de construção.....	35
2.3 Lei Brasileira de Inclusão (LBI) .....	39
2.4 Análises das Conferências Nacionais para a Pessoa com Deficiência no Brasil .....	41
2.4.1 Análise sobre a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência .....	41
2.4.2 Análise sobre a II Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência .....	44
2.4.3 Análise sobre a III Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência .....	45
2.4.4 Análise sobre a IV Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência .....	47
CAPÍTULO III – A política voltada para a pessoa com deficiência no espaço do CONADE e sua representação na sociedade civil.....	49
3.1. A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE): um espaço público que visa avanços na política para a pessoa com deficiência .....	49
3.1.2 A composição do CONADE .....	53
3.2 A mobilização da sociedade civil na ampliação de direitos para pessoa com deficiência .....	59
3.2.1 A heterogeneidade da sociedade civil e sua representação: avanços na luta por direitos?.....	60
3.2.1 O poder de decisão no CONADE presente na política pública voltada para a pessoa com deficiência.....	62
3.3 O CONADE e a relação com o poder legislativo e suas tensões .....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ANEXO.....	77



## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Serviço Social tem o título: “A mobilização da pessoa com deficiência: Um estudo da participação da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência na luta por direitos. ”

O interesse pelo tema aconteceu a partir da experiência no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS) na qualidade de pesquisador. Desde a entrada no grupo, no segundo semestre de 2013, que possui como estudo, a democracia e os espaços públicos e a participação da sociedade civil. O GEPEDSS<sup>1</sup> desenvolve um projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq chamado “Espaços públicos, participação da sociedade civil e construção democrática: Um estudo sobre Conselhos Nacionais e seu impacto na ampliação de direitos na cultura política brasileira” o qual possui enfoque no Conselho Nacional dos direitos da Pessoa com deficiência (Conade) e Conselho nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Enquanto pesquisador participei como bolsista de Iniciação Científica do Programa de Iniciação Científica (ProIc) para a projeto pesquisando especificamente sobre o CONADE.

Explorando pontos como a democracia participativa, conceito recente sob um novo olhar do que é democracia, mas já tão ameaçado, diante de pensamentos mais conservadores. E sobretudo, analisando a forma de como a população com deficiência se organiza para ampliar e garantir seus direitos, tendo o espaço público de conselho gestor do CONADE, sendo uma grande conquista na mobilização da pessoa com deficiência, estudar os processos dessa mobilização neste espaço público e a influência da mesma na discussão da agenda pública.

Por ser um tema relevante na sociedade, considerando que a população no Brasil com algum tipo de deficiência chega a mais de 45 milhões de pessoas<sup>2</sup>, visto que, sobre esse aspecto de mobilização presente no contexto da pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão<sup>3</sup> é uma conquista e um grande passo na consolidação dos direitos

---

<sup>1</sup> Grupo de pesquisa sobre Democracia, Sociedade civil e S social coordenado pela Profa e Pesquisadora do CNPq Dra Angela V Neves no qual coordena o projeto sobre o Conade.

<sup>2</sup> Dados retirados do CENSO/IBGE – 2010.

<sup>3</sup> Lei nº 13.146/2015.

da pessoa com deficiência, discutir sobre essa temática é uma fonte de dados muito rica e ainda pouco explorada no serviço social.

O processo democrático no Brasil se concretizou pós Constituição Federal de 1988. Com o texto constitucional aspectos para a consolidação e manutenção do processo democrático exigiam a mobilização política por parte da sociedade civil a apropriação da construção política para além do Estado propriamente dito. Com isso, a partir dos anos de 1990 as construções de espaços públicos para a discussão da política pública ganharam força.

A partir de então, a sociedade civil e seus atores adquiriram papel importante nas discussões e do fazer política, disputa de diversos projetos políticos e suas demandas são debatidos entre Governo e Sociedade Civil. Esse projeto político democratizante no Brasil, ao contrário de outros países do continente, foi gestado no interior de uma sociedade civil bastante consolidada e encontra suporte significativo em vários dos seus setores, tendo sido capaz, como vimos, de inspirar a criação de novas instituições que abrigassem seus princípios, tais como os Conselhos gestores.

Considerando esses pressupostos, sobre o processo da história democrática brasileira, sobretudo pós Constituição Federal de 1988, espaços públicos, conselhos de direitos foram criados para aprimorar a formulação de políticas, controle do andamento das mesmas, e sobretudo tudo a mobilização da sociedade civil, mais atuante nos processos decisórios.

Como objetivo geral este trabalho, analisa como se dá o processo de participação da pessoa com deficiência nas discussões e deliberações sobre a garantia de seus direitos nos espaços públicos, e seu poder de mobilização e influência na agenda governamental.

Verificando-se então, de forma específica, em quais espaços ocorre essa mobilização, fazer uma análise crítica dos avanços e conquistas da pessoa com deficiência na luta por direitos e dos limites enfrentados. E como a temática da pessoa com deficiência influencia a pauta da agenda pública, como se deu o processo até a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e demais políticas públicas essenciais para o tema.

Tendo como questões de partida, os seguintes pontos, de como se constituiu o histórico dessa mobilização. O histórico da legislação presente no contexto da pessoa com deficiência. Qual a abrangência do conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência? E como se dá a noção de representatividade da sociedade civil nesse espaço? O espaço do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (conade) é um espaço real para ampliar tais conquistas? Há uma busca por equidade nas relações e interesses dentro do segmento da Sociedade Civil? A fragmentação da Sociedade Civil de certa forma fragiliza a luta da pessoa com deficiência? As deliberações e discussões levantadas no âmbito do conselho, possuem força política para entrar em serem discutidas na agenda do Governo?

Além de discursar sobre o processo que levou a formulação da LBI no Congresso Nacional e demais políticas públicas relevantes para o segmento como o Plano Viver Sem Limites, por ser um programa de governo, um dos mais abrangentes na política pública para a pessoa com deficiência.

Tendo como hipótese, a sociedade civil com seus membros dotados de uma identidade política e mobilizada acerca do segmento da pessoa com deficiência no Brasil. Busca-se mostrar até que ponto a heterogeneidade que se faz presente na construção da sociedade civil no conselho, pode fragilizar as conquistas deste segmento, diante da disputa política e ideológica presentes no desenvolvimento das formulações de políticas públicas.

De forma metodológica, o presente trabalho irá dispor método qualitativo de análise, por meio de análise bibliográfica e documental do processo histórico da mobilização da pessoa com deficiência no Brasil, com enfoque dessa mobilização no âmbito do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e na legislação vigente.

Com isso, busca-se analisar as deliberações do Conselho de Direitos da pessoa com deficiência, bem como das discussões no ramo de políticas públicas voltadas para a área, afim de analisar como o objeto de estudo reproduz a garantia de direitos expostos na prática. Através de dados colhidos e cedidos pela pesquisa realizada pelo GEPEDSS. Considerando que esses dados foram obtidos de forma espontânea dos respectivos

entrevistados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>4</sup>, garantindo-lhes sigilo e anonimato de acordo com os preceitos do código de ética da profissão na prática de pesquisa.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo remete ao processo da construção democrática no Brasil: a questão da mobilização e identidades da sociedade civil e dos movimentos sociais para pessoas com deficiência, trata do conceito e contexto de democracia. A construção da sociedade civil, pautada no enfrentamento da ótica hegemônica do capital e da política, na perspectiva de conquistas e avanços de direitos. E por fim, como a conjuntura dessa mobilização, influenciou a mobilização do segmento das pessoas com deficiência no Brasil, buscando formas igualitária e inclusivas de conquistarem seus direitos no âmbito da sociedade.

O segundo capítulo trata da política pública voltada para a pessoa com deficiência. Traz o conceito de deficiência, em seu contexto histórico, desde o período em que a deficiência era tratada sob a perspectiva de “anomalia” na visão restrita de um modelo clínico, até o processo em que a deficiência passa a ser tratada e conduzida sob a perspectiva de um modelo social, transferindo a noção de sujeitos possuidores de direitos, de cidadãos. Esse avanço conceitual abordado no capítulo também em termos da legislação vigente no país. Em seguida aborda o contexto, o processo de formação e os principais avanços presentes no texto da Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também é apresentada, sendo um dos frutos tanto do histórico da mobilização da pessoa com deficiência no país, tanto pela promulgação do texto da Convenção da ONU.

E por fim, o capítulo apresenta uma análise das quatro Conferências Nacionais realizadas até hoje no Brasil, acerca dos direitos da pessoa com deficiência, conferências que abordam diversos avanços para uma soberania de direitos da pessoa com deficiência.

O terceiro e último capítulo, dispõe diretamente acerca, da criação do CONADE, sendo um espaço público deliberativo a respeito da política para a pessoa com deficiência. Em seguida, trata da participação da sociedade civil nesse espaço, o modo de organização e mobilização da sociedade civil para a garantia e ampliação dos direitos da pessoa com deficiência. E por fim, como se dá o poder de decisão presente nas deliberações do

---

<sup>4</sup> Termo disponível em anexo.

conselho, e a relação do conselho junto ao poder legislativo, para galgar a efetiva garantia, e os avanços de direitos voltados para a pessoa com deficiência no Brasil.



## **CAPÍTULO I – O processo da construção democrática no Brasil: a mobilização e identidade da sociedade civil e dos movimentos sociais para pessoas com deficiência**

Este capítulo irá tratar de conceitos e do contexto da democracia, considerando aspectos que levaram à sua construção e implementação. Além de como a construção democrática impulsionou a mobilização e construção da sociedade civil, como uma forma de enfrentamento e fonte de conquistas de direitos, principalmente no que diz respeito às classes mais oprimidas dentro da hegemonia capitalista.

E por fim todo o reflexo desse movimento conjuntural no âmbito do Brasil, que influenciou na mobilização da pessoa com deficiência, galgando os primeiros passos de um movimento, um segmento que anseia por uma real garantia de direitos e uma vida mais igualitária dentro da sociedade.

### **1.1. Democracia e participação**

Entender as liberdades democráticas, muito em voga no campo de disputa ideológicas, que como COUTINHO (2000) bem menciona: “o reconhecimento dos direitos civis, o princípio da soberania popular e também conquistas de movimentos populares, como o direito de associação, o sufrágio universal, entre outras conquistas, que aconteceram dentro da lógica do contexto capitalista”.

Na ótica da democracia moderna, determinados pontos, hoje consolidados, se mostraram um novo caminho, à “consolidação” da socialização do trabalho, e o desenvolvimento correspondente dos conhecimentos de socialização da participação política – isto nas palavras de COUTINHO (2000) – a democracia, segundo Lukács (Apud, COUTINHO, 2000, p. 23) “trata-se de um processo ontológico e não de um estado”. Fazendo com que essa democratização, transforme-se “em um valor<sup>5</sup> – ou

---

<sup>5</sup> Segundo COUTINHO (2000, p. 22) quando falamos em “valor” não temos em mente uma norma abstrata e intemporal que “valeria” independentemente da história e de suas leis, ou seja, surgem ao mesmo tempo, num processo dialético, o carecimento de determinadas objetivações (valiosas para a realização do homem) e a faculdade ou capacidade que torna possível a satisfação de tal carecimento. Essas objetivações valiosas de acordo com a natureza de carecimento, podem se dar em qualquer esfera do ser social, da estética à política.

manifesta sua natureza como tal – na medida em que contribuiu para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem”.

Sendo assim, a qualidade de universal, agrega-se a gênese de valor, visto que: [...] “as objetivações democráticas são capazes de remover essa explicitação e esse enriquecimento em diferentes formações econômico-sociais, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo”. Portanto, “o consenso hoje, em torno de valor universal da democracia, é a expressão subjetiva de um fenômeno primariamente objetivo”. (COUTINHO, 2000)

Na visão de COUTINHO (2000) o processo gradual de extinção das classes, um arrojo social, cria uma tendência de uma maior unificação social, porém, isso não significa haver uma homogeneização dos interesses. Pelo contrário, o que existe de fato é uma unificação da diversidade, porém, justamente por essa diversidade, é que surge interesses antagônicos, daí a necessidade da busca por uma representação política.

Nesse contexto, em que a sociedade por meio de suas “classes mais oprimidas” e especificamente os trabalhadores, surgem elementos de uma “nova democracia” na qual COUTINHO (2000) chama de *Democracia de Massas*, fazendo frente ao modelo de *Democracia Liberal*, que tem como interesses os ideais de um liberalismo clássico e da hegemonia burguesa. Sendo assim COUTINHO (2000, p. 25) difere os modelos de democracia liberal e de democracia de massas:

No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para permitir que as forças produtivas possam se desenvolver de modo adequado à emancipação humana; no segundo, trata-se de suprimir a dominação burguesa sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento, e desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade.

E prossegue dizendo que, “é por meio da sociedade civil – formada por partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, organizações culturais (GRAMSCI) – em que as massas populares, e em particular a

---

[...]o valor portanto, é uma categoria ontológico-social e, como tal, é algo objetivo, independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais. (Apud, COUTINHO, 2000, p.p. 22-23)

classe operária, organizam-se de baixo para cima, a partir das bases, construindo o que o autor chama de *sujeitos políticos coletivos*”. (COUTINHO, 2000, p. 25)

O grande desafio desse “novo” modo de se praticar a democracia, buscando a participação das massas, é garantir o pluralismo em meio a uma hegemonia capitalista. COUTINHO (2000, p. 32-33) disserta sobre essa dualidade:

[...] a socialização da política já criou, ou pelo menos esboçou, as soluções institucionais para a articulação entre o predomínio da ‘vontade geral’ e a conservação do pluralismo. No quadro do atual nível de complexidade social, essa articulação solicita a integração entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos tradicionais de representação indireta (como os parlamentos). Onde esses, podem ser o local de uma síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos, tornando-se assim a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia.

Um grande contraponto que existe nessa discussão, diz respeito à hegemonia. “Para o liberalismo, democracia é sinal de pluralismo e por sua vez, a hegemonia traz um contexto de totalitarismo. Já a democracia de massas, reconhece o pluralismo – a autonomia e diversidade – dos múltiplos sujeitos coletivos, porém não anula a busca constante da unidade política, da formação de uma vontade geral hegemônica, pautada na negociação e no consenso” (COUTINHO, 2000, p. 37).

Dito isto, SANTOS (2002) considera que, “ao se conceber a participação em termos limitados do papel e atividades dos cidadãos no âmbito institucional de eleições, partidos e grupos, fazem com que os procedimentos de tomada de decisão de governos eleitos, em um sistema político de alta intensidade, produzam uma democracia de fato participativa.

Sendo assim SANTOS (2002) diz ainda que, “a participação gerada como uma forma particular de comportamento político dos cidadãos através da qual elegem governos e devendo manter o seu funcionamento dentro de uma trajetória democrática, e tratar a democracia participativa tanto com um viés arcaico de governo, como uma forma de um ideal, possibilitam discussões para o aprimoramento do modelo de democracia participativa”.

Portanto, SANTOS (2002) divide a concepção de democracia em duas correntes em períodos distintos: “A concepção hegemônica da democracia na segunda metade do

Século XX, pautadas em duas concepções diferentes, a liberal-democracia e a concepção marxista de democracia que entendia a autodeterminação no mundo do trabalho como o centro do processo de exercício da soberania por parte de cidadãos entendidos como indivíduos produtores (Apud, SANTOS, 2002).

A outra concepção é a não-hegemônica da democracia, em discussão a partir da segunda metade do Século XX, que trata do reconhecimento da pluralidade humana, trata das práticas políticas sendo oriundas da esfera pública, visão que introduziu o debate sobre os movimentos sociais. (SANTOS, 2002, p. 50-52)

## **1.2 Sobre a Sociedade Civil e participação social no Brasil**

É preciso realizar um recorte histórico, sobretudo, fim da década de 1970, início da década de 1980 em diante, período este que marca a solidez do modelo democrático, bem como a formação de uma sociedade civil<sup>6</sup> organizada.

Sendo assim o debate sobre a categoria sociedade civil é colocado em voga no marco do pensamento moderno. Segundo (SIMIONATTO, 2012) no século XX, a partir dos anos 1970, muitas foram as razões que motivaram o debate sobre a sociedade civil, seja no âmbito teórico, seja no prático – político. A sociedade civil teve papel fundamental no processo de construção política, sendo o meio de referência contra retrocessos idealizados pelo Estado, como por exemplo, a questão da resistência da sociedade civil frente a ditaduras militares, como a que o Brasil vivenciou, período este, fim dos anos 1970 início dos anos 1980.

(SIMIONATTO, 2012) diz ainda que, nos casos específicos de Brasil e Argentina, o conceito e implantação da sociedade civil teve origem na visão gramsciana “como um estatuto teórico importante para se pensar no papel de tais sujeitos políticos na construção de um projeto societário contraposto às ditaduras militares. ”

O debate na América Latina e Brasil, sobre o Estado de Bem-estar social, chega com um viés mercantilizado e sobretudo, despolitizado, sendo o voluntariado e a

---

<sup>6</sup> A sociedade civil é como o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (Gramsci, 1972, p.16).

filantropia “os meios utilizados para o aspecto social da sociedade”. Neste sentido (SIMIONATTO, 2012) menciona que a sociedade civil passou a representar o “terreno da virtuosidade”, da restauração das solidariedades, com destaque para o protagonismo dos chamados “novos atores”, como o voluntariado, os grupos filantrópicos, as cooperativas e organizações não governamentais (ONGs), essenciais para a manutenção da hegemonia burguesa.

Na visão de Gramsci há um consenso de que o Estado possui sentido antagônico, com o Estado na função de ente da sociedade política, dentro de uma linha de coerção, e a sociedade civil, por sua vez, vista como a prevalência de um determinado grupo social sobre a sociedade como um todo (nas palavras de Gramsci, uma sociedade nacional), entende-se essa hegemonia de grupos sociais o papel de instituições como: Igreja, escolas, entre outros [Gramsci, 1973, p.272]. Contudo para Gramsci o conceito de Estado o equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil e suas correlações de forças.

A sociedade civil brasileira organizada, surge sobretudo, depois dos anos de 1970, considerando o cenário de pós regime militar de 1964 tendo como característica um viés opositor ao Estado autoritário, como é visto no seguinte trecho:

A sociedade civil brasileira, profundamente marcado pela experiência do regime militar instalado em 1964, experimenta, a partir da década de 1970, um significativo ressurgimento. Esse ressurgimento, que tem como eixo a oposição ao Estado autoritário, foi tão significativo que é visto, por alguns analistas, como de fato a fundação efetiva da sociedade civil no Brasil, já que sua existência anterior estaria fortemente caracterizada pela falta de autonomia em relação ao Estado (Avritzer, 1994, apud Wanderley, 2012, p. 13).

Duriguetto (2008) menciona a inserção da categoria sociedade civil no debate brasileiro nos anos 70 e 80, qualificando os espaços dos movimentos sociais fundamentais no processo de redemocratização. Dos anos 90 em diante, a sociedade civil sob a ótica da heterogeneidade de demandas em diversas áreas, não mais centrada na articulação dos movimentos sociais.

Porém é fato de que, essas diversas demandas expõem um campo de conflitos e contradições dentro da própria sociedade civil. A política e a democracia passam a atuar sob a lógica do mercado, esses fatores contribuíram para a despolitização da sociedade civil, levando para o debate os direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos.

A partir deste contexto, pensadores sentem a necessidade de ser fazer um resgate sobre o cerne da categoria sociedade civil, pautada sobretudo, na visão de Gramsci, que considera justamente que a sociedade civil é o espaço da pluralidade, onde (Duriguetto, 2008, p.84) cita que para Gramsci a sociedade civil:

[...] é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos, etc.) é a esfera da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias, que tornam ou não conscientes os conflitos e contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontou projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe.

Todo esse contexto está ancorado pelo cenário da época histórica brasileira, fato que, esse ressurgimento de uma sociedade civil contribuiu para o movimento de (re)democratização vivenciada anos mais tarde pelo país. Os interesses da sociedade civil se dividem, pelos interesses de diversos grupos sociais. Há essa heterogeneidade de atores sociais.

O conceito de Estado, pautado em uma visão gramsciana que considera a dialética necessária para esse entendimento, que segundo Wanderley (2012) diz que o Estado em *stricto sensu*, concebido como sociedade política e, em *lato sensu*, como sociedade política mais sociedade civil, vinculando coerção e consenso. Esta visão pautada na concepção sobre superestrutura do Estado que diz:

A sociedade política está constituída pelos órgãos das superestruturas encarregados de implementar a função de coerção e domínio, ao passo que a sociedade civil é confirmada pelo conjunto de organismos usualmente considerados “privados”, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a formação do consenso e a adesão das massas. A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo e religioso, mas também política e, inclusive econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção intelectual e moral do conjunto social (Acanda, 2006, apud, Wanderley, 2012, p. 15).

A questão do Estado perpassa aspectos de diversas áreas que o compõe como, por exemplo, o modo de produção e econômico, sob a perspectiva do capitalismo que expõe

questões extremadas que evidenciam a problemática da questão e o acirramento de disputa econômica, ideológica dentro do campo da sociedade civil.

O processo democrático no Brasil se concretizou pós Constituição Federal de 1988, com o texto constitucional aspectos para a consolidação e manutenção do processo democrático exigiam a mobilização política por parte da sociedade civil com a apropriação da construção política para além do Estado propriamente dito. Com isso, a partir dos anos de 1990 as construções de espaços públicos<sup>7</sup> para a discussão da política pública ganharam força, nessa ótica de Reforma do Estado.

Sendo assim, segundo NEVES (2008) [...] “a reforma democratizadora do Estado e seus modelos de gestão são fundamentais para entender quais são os instrumentos que estimulam a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas. E considera outro fator importante na discussão o fato da distinção entre descentralização e desconcentração de poder, ou seja, “significa que a descentralização estaria associada à democratização do poder através da participação da sociedade civil nas decisões públicas, notando-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe esse avanço”. (NEVES, 2008, p.13)

A agenda da Reforma do Estado e a crítica ao estado burocrático e centralizador passaram a ser direções tanto da esquerda quanto da direita. De um lado, atribui-se forte ênfase à minimização do Estado na ótica neoliberal colocando-se o mercado como regulador das necessidades. Por outro lado, a crítica da esquerda à centralização e à burocratização do Estado traz a proposta de novo desenho institucional na relação entre Estado e sociedade mediante a construção de uma Reforma do Estado que buscasse a democratização e a construção de novo formato de co-gestão. (NEVES, 2008, p.12)

Diante desse cenário e considerando o contexto brasileiro sobretudo, pós Constituição de 1988, no que diz respeito aos conselhos gestores, onde são discutidas diversas políticas públicas, em que a sociedade possui papel fundamental nas discussões junto ao governo. TATAGIBA (2000) destaca que os conselhos gestores de políticas públicas constituem, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e Sociedade Civil.

---

<sup>7</sup>Dentro de várias concepções de autores diversos, destaco a visão da autora NEVES (2010) que considera espaços públicos, o meio participativo que expressa a possibilidade de ampliação da participação popular, na construção de uma nova cultura política participativa. Nesse sentido, por exemplo, os Conselhos Gestores de Política Públicas, como um desses espaços.

Partindo do pressuposto da relação entre Estado e Sociedade Civil, o conceito de controle social insere-se sobretudo, em cima de políticas sociais. Tal conceito é contextualizado diante do cenário de (re)democratização (anos 1980) por meio de lutas políticas, por meio democráticos frente ao Estado. Entender o contexto de controle social é ressaltar a relação dicotômica em termos, entre Estado e sociedade civil, juntamente com o surgimento de movimentos sociais e conselhos de direitos (1990).

Na visão de COUTINHO (2006) controle social é a ação que parte da sociedade civil para com o Estado como meio de “pressão”, afim de evitar abusos do Estado e da garantia do exercício da democracia, um grande e primeiro exemplo, desse processo fora o debate envolvendo a política de saúde sobretudo, no espaço da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que como resultado obteve-se a formulação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

COUTINHO (2006) reitera ainda que, essa relação promoveu uma dicotomia da mesma, com uma “demonização” de tudo proveniente do Estado e uma positivação de tudo que parta da sociedade civil, esta que, por sua vez, posiciona-se de modo despolitizado. Havendo então, uma apropriação do conceito de controle social.

Portanto, a ideia de controle social, que segundo o contexto histórico e na perspectiva deste trabalho, a autora NEVES (2010) trata da distinção entre controle social e controle democrático, sendo que em certos pontos na história esses conceitos possuem traçados ambíguos, em síntese a ideia de controle social é justamente um forma de garantir uma ordem societária, sendo que no seu “surgimento”, houve o viés progressista de exercer a capacidade da sociedade civil controlar as ações do Estado, porém, em meio ao contexto da ditadura militar brasileira, o contexto de controle social foi exercido pelo Estado afim de conter e cercear a mobilização dos movimentos sociais.

Dito isto, os anos 1980 são vistos como um marco no ressurgimento do ideal de sociedade civil nos países Ocidentais. Considerando particularmente o Brasil (LUSTOSA, 2012) ressalta que “esse debate emerge frente ao restabelecimento da importância de formas associativas de organizações sociais e políticas articuladas à proposta de redemocratização das relações sociais na sociedade.

A partir dos anos 80, o Brasil viveu um intenso processo de revitalização da sociedade civil, onde no processo de conquista da democratização que segundo (RAICHELIS, 2008, p.72) colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas também



rede de instituições autoritárias que atravessa a sociedade e caracterizava as relações entre os grupos e as classes sociais.

No tocante a questão de classes sociais a década de 80 foi fundamental para diversas conquistas democráticas que passavam a ganhar espaço na agenda pública e política. E segue a análise de (RAICHELIS, 2008, p.72):

[...] os movimentos sociais organizaram-se em diferentes setores, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade, as aspirações por uma sociedade justa e igualitária, expressaram-se na luta por direitos, que acabaram se consubstanciando na Constituição de 1988, com o reconhecimento de novos sujeitos como interlocutores políticos.

A partir do final dos anos 80, sob a ótica da redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a perspectiva de controle social é usada no sentido de fortalecer a chamada sociedade civil e suas práticas democráticas, pautadas na participação social. Nesse sentido, o ideal de controle democrático, “surge” no âmbito dos espaços públicos, afim de, garantir uma real participação social. Essa participação social surge em meio a um cenário de política neoliberal, onde a luta de resistência contra a regressão de direitos sociais sobretudo, nos anos 1990 mesmo pós Constituição de 1988. As autoras Bravo e Correia (2012) mencionam que apesar da premissa do controle social partir da sociedade civil, as autoras indagam que dentro da própria sociedade civil existe um terreno de disputa de projetos, classes diferentes em busca de hegemonia. Nesta disputa, trava-se a luta de classes, podendo se constituir a hegemonia das classes subalternas.

Os anos de 1980 marcados por essa intenção de redemocratização, um marco nas relações entre sociedade civil e Estado, considerando a existência de um tripé nesse novo olhar nas formas de Organização: Social, política e econômica. (LUSTOSA, 2012, p.61) cita no caso específico do Brasil existem dois vieses que são:

[...] à feição autoritária e repressora do Estado capitalista na forma histórica de suas relações com as classes sociais pobres da sociedade. E pela forma de exercer o controle social desse perfil de mudanças sociais no qual os avanços na politização social das massas trabalhadoras sempre assustam as classes burguesas e o Estado.

Essa nova forma de organizar o Estado, inserido em um modelo democrático é atrelado a intenção de uma reestruturação econômica capitalista, onde esse movimento “[...] exigiu reformas de relação da vida social e econômica e nas relações entre o Estado e a sociedade civil.” (LUSTOSA, 2012, p.62)

Portanto, a sociedade é convocada a desempenhar funções próprias de políticas de Estado, tais como a gestão da coisa pública (LUSTOSA, 2012, p.66). Enfim, “a redemocratização da sociedade permitiu que novos elementos ocupassem o cenário sociopolítico brasileiro, no sentido da ampliação e garantia de direitos” considerando que esse é um processo de luta no campo político, onde “a garantia de direitos e o exercício da cidadania se vinculam ao processo de participação popular [...] daí a importância dos movimentos sociais como praticantes de ações políticas” (Soares, 2009).

O grande reflexo da democracia representativa, pautada na participação, foi a formação de diversos movimentos sociais, que tem o papel fundante de democratizar as políticas sociais, que segundo CARVALHO (1997) considera “o estímulo aos movimentos sociais uma forma de prosseguir no processo de articular as lutas concretas com a institucionalização dessas conquistas, através do reconhecimento na legislação, também na atuação de técnicos em diversas áreas, no âmbito das ONGs, visto que nesses espaços, a cobertura democrática emerge como ator importante na cena política”.

Porém, esse processo de institucionalização das ONGs, tendo participações ativas sobretudo, na década de 90 em diante, precisa ser visto com certo cuidado. No sentido de que a responsabilização na formulação e implementação de políticas públicas, políticas sociais, não estejam sofrendo a transferência de responsabilidade do Estado para este terceiro setor, o que de maneira geral, fragiliza a eficácia no alcance das ações e contribui para a ausência de “empoderamento” da sociedade civil frente às suas demandas.

O fato é que sobretudo, pós década de 1990 a sociedade civil amparada inclusive por órgãos internacionais, é o meio capaz de fazer frente no diálogo com o Estado, afinal dentro de um sistema democrático essa relação adquire protagonismo.

Para DAGININO (2002) a nova forma de atuação conjunta do Estado e da sociedade civil, como um reflexo do movimento democrático da década de 90, na formação de uma sociedade civil mobilizada e ocupante a partir de então, de diversos

espaços públicos, é possível identificar que as relações estabelecem diversos tipos de encontros, em que sempre, são pautados por discussões tensas, e permeadas de conflitos, ou seja, “o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham – e com que centralidade o fazem – as partes envolvidas”.

Sendo assim, partindo deste pressuposto, DAGNINO (2002, p. 282) considera, portanto, que a natureza dos conflitos, em demasia ocorrem pela partilha efetiva do poder, sendo que essa questão traz consigo diversas concepções que se manifestam, sob paradigmas no que diz respeito a resistência dos executivos em compartilhar o seu poder “exclusivo” sobre decisões referentes às políticas públicas e na insistência de setores da sociedade civil em participar de forma efetiva das decisões e concretizar o controle social sobre eles.

NEVES (2008, p. 16) destaca a seguinte afirmativa acerca da participação social:

Nos anos 90, a participação deixa de ser um confronto ao Estado para se caracterizar como “participação negociada” na disputa entre projetos distintos, em processo de co-gestão entre o Estado e a sociedade, nesses novos espaços públicos. Duas questões são destacadas nessa época: um processo de procura por novos direitos – direito a ter direitos na construção de uma cidadania ativa. [...] portando, a participação é algo construído coletivamente e passo necessário na busca da cidadania. Porém importante disse que, o incentivo à participação da sociedade civil também sofre a influência do projeto neoliberal e coloca em risco o campo democrático-popular.

Partindo da perspectiva da sociedade civil, os meios de controle social X democrático – conselhos e conferências – é preciso compreender esses espaços públicos dentro de suas atribuições, competências e seus limites. Vale destacar que:

Nos conselhos e conferências, se expressa a correlação de forças existentes no conjunto da sociedade. Eles não são mecanismos acima da sociedade, nem são instâncias isoladas imunes aos conflitos de interesses, cooptação, disputas da direção política social articuladas a projetos societários, mesmo que esta não esteja explicitado (Bravo e Correia, 2012).

A partir de então, a sociedade civil e seus atores ganham papel importante nas discussões e do fazer política, disputa de diversos projetos políticos e suas demandas são debatidos entre Governo e Sociedade Civil. Esse projeto político democratizante no Brasil, foi gestado no interior de uma sociedade civil bastante consolidada, encontra suporte significativo em vários dos seus setores, tendo sido capaz, como vimos, de

inspirar a criação de novas instituições que abrigassem seus princípios, tais como os Conselhos gestores. Nesse sentido a autora Dagnino (2004) diz que:

As noções de sociedade civil, participação e cidadania mantém entre si uma estreita relação e foram selecionadas porque são, da nossa perspectiva, elementos centrais desse deslocamento de sentidos que constitui o mecanismo privilegiado na disputa política que se trava hoje ao redor do desenho democrático da sociedade brasileira. Essa centralidade, de um lado, se relaciona com o papel que elas desempenharam na origem e na consolidação do projeto participativo. De outro lado, e em consequência, elas são fundamentais exatamente porque constituem os canais de mediação entre os dois campos ético-políticos.

Nessa perspectiva dos conselhos gestores novos conceitos são inseridos no debate da democracia, a própria questão dessa democracia agora representativa, a representação política, o Governo agora tendo que ouvir mais as demandas e não simplesmente impor novas medidas, o diálogo para avanços nas políticas públicas se tornou fundamental nessa discussão.

Dito isto, e compreendendo a relação da sociedade civil no espaço democrático participativo, é preciso que esses espaços públicos, melhor conceituem a expressão de controle social, primeiramente definindo e compreendendo a relação entre Estado e sociedade civil e suas especificidades. Desconstruir a concepção liberal – baseando-me neste ponto, com o pensamento de Correia (2005b) – em que a sociedade civil é considerada homogênea e portadora de interesses universais. Porém a realidade de fato é uma sociedade civil não homogênea, possuindo sim interesses antagônicos de diversos segmentos da própria sociedade. Nesses espaços públicos, é preciso o envolvimento da sociedade civil mesmo que em momentos seja, antagônica a busca em seus interesses, a busca por um diálogo entre seus próprios pares afim de, fortalecer a política pública debatida por determinado espaço público.

### **1.3 A mobilização e participação das pessoas com deficiência no Brasil**

Considerando os aspectos da participação social construída no Brasil, a participação das pessoas com deficiências – sendo o objeto empírico deste trabalho- faz-se necessário também o seu estudo.

Já a partir de meados do século XX, nota-se o surgimento de organizações pensadas, criadas e geridas pelos próprios deficientes, seus objetivos eram, o de espírito de solidariedade entre os mesmos nos seguintes seguimentos nesse primeiro momento: cegos, surdos e deficientes físicos. Segundo LANNA JUNIOR (2010, p.28) eram iniciativas que visavam ao auxílio mútuo e à sobrevivência, sem objetivo político prioritariamente definido.

Os anos 1970, marcados pelo surgimento desse associativismo tem como características as associações e movimentos segmentados pelos tipos de deficiências. Essa forma segmentada, segue de certa forma, como modelo até os dias atuais, nas discussões e espaços públicos sobre os direitos da pessoa com deficiência, em uma relação dicotômica entre seus pares.

A onda desse associativismo de pessoas com deficiência, fomentou para um fortalecimento em prol de causas políticas para o segmento da pessoa com deficiência como um todo perante a sociedade, ou seja, resultando no movimento político das pessoas com deficiência. Onde no contexto dos anos 1970, havia o desejo de serem protagonistas políticos.

Importante destacar que esse período inicial de mobilização das pessoas com deficiência deu-se em um período limitado da cidadania – ditadura militar – em suas dimensões dos direitos civis e políticos que eram cerceados e os direitos sociais mesmo que fossem validados pelo Estado, não eram desfrutados.

Segundo LANNA JUNIOR (2010, p. 34):

[...] com o processo de enfraquecimento e declínio do regime militar, a partir de meados da década de 1970, iniciou-se um processo de abertura política “lenta, gradual e segura”. A redemocratização desenrolou-se em contexto especialmente fértil, em termos de demandas sociais, sem uma participação política ampla. Esse período foi marcado pela ativa participação da sociedade civil, que resultou no fortalecimento dos sindicatos, na reorganização de movimentos sociais e na emergência das demandas populares em geral.

E o autor complementa, “os movimentos sociais, antes silenciados pelo autoritarismo, ressurgiram como forças políticas. Vários setores da sociedade gritaram com sede e com fome de participação: negros, mulheres, índios, trabalhadores e também, pessoas com deficiência”.

A década de 80, fora marcada pelas constantes mobilizações em âmbito nacional das pessoas com deficiência. Essas mobilizações foram ganhando força nacionalmente – um verdadeiro avanço de um segmento da sociedade, historicamente oprimido – fato que impulsionou nos anos 1980 a realização do 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes<sup>8</sup>, realizado em Brasília.

Esse fortalecimento político, influenciara na criação das primeiras federações por tipo de deficiências, havendo um olhar específico para cada demanda.

Segundo (FIGUEIRA, 2008, Apud, BONFIM, 2009, p. 60) o saldo do Ano Internacional da Pessoa Deficiente<sup>9</sup> foi positivo para pessoas com deficiência, uma vez que, este segmento tomara mais consciência de sua posição de cidadão, tendo em vista a ampliação do número de organizações de deficientes ou para a defesa de seus interesses, bem como a maior visibilidade social de sua causa: “ Mudando seu lugar social, viram-se divididos entre passado e futuro, entre memória e projeto, da morte ou isolamento à presença no mundo, do ‘infantilismo’ socialmente construído à maturidade possível a cada um em função de um movimento histórico e irreversível que acenou, e continua acenando, com o ideal de cidadania”.

BONFIM (2009, p. 61) ainda destaca que “o período histórico brasileiro em que surgiu, expandiu-se e amadureceu o movimento das pessoas com deficiência, constituiu-se num posto favorável ao atendimento pelo Poder Público, de algumas de suas reivindicações”.

---

<sup>8</sup> O 1º Encontro Nacional de Entidades de pessoas deficientes, fruto do surgimento de coalizão pró-federação nacional de entidades de pessoas deficientes, criada em 1979, “criado com o objetivo expresso de mudar a realidade existente, a partir da mobilização e conscientização não apenas das próprias pessoas deficientes, mas, também da sociedade como um todo” (LIA CRESPO, Depoimento oral, 16 de fevereiro de 2009, apud. LANNA JUNIOR, 2010, p. 35).

A coalizão afirmava a necessidade de articulação nacional de movimento para o amadurecimento das suas demandas e sobretudo, para aumentar o potencial de reivindicação. O objetivo era organizar uma federação nacional de entidades de pessoas com deficiência que se ocupasse de articular o movimento nacionalmente. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 36)

<sup>9</sup> O Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), aconteceu em 1981, mas o início de todo o processo se deu em 1976, quando a ONU o proclamou durante a 31ª sessão da Assembleia Geral, sob o tema, “Participação Plena”. À época, a ONU já havia tomado uma série de decisões em prol das pessoas com deficiência, com a declaração sobre os direitos das pessoas com retardo mental, de 1971, e a declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975. Os objetivos principais do AIPD em relação às pessoas com deficiência eram: ajudar no ajustamento físico e psicossocial na sociedade; promover esforços nacional e internacionalmente, para possibilitar o trabalho compatível e a plena integração à sociedade; encorajar projetos de estudos e pesquisa, visando à integração as atividades de vida diária, aos transportes e aos edifícios públicos; educar e informar o público sobre os direitos de participar e contribuir em vários aspectos da vida social, econômica e política (LANNA JUNIOR, 2010, p. 41).

É notório que o ‘boom’ que ocorreu da mobilização da sociedade civil como um todo, teve notório reflexo dentro do movimento da pessoa com deficiência:

[...] se antes eram vistos como coitadinhos, dignos de pena, e aceitavam passivamente as posições paternalistas de todos que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos com a problemática a partir do marco histórico, com o surgimento de movimentos políticos em defesa de seus direitos, não mais aceitaram viver sob a tutela da sociedade. As entidades representativas passaram a reivindicar uma efetiva participação social e a equiparação de oportunidade com respeito as diferenças individuais e a disponibilização de ferramentas que possibilitem alcançar o ideal de igualdade social.

Considerando o contexto da época – fim da década 1970, início da década de 1980 – o Brasil ainda vivenciara a Ditadura Militar, resistências existiram, o Estado querendo limitar a participação das ações envolvendo as diretrizes do AIPD. Restringindo o espaço da Comissão Nacional do AIPD – espaço de discussões das deliberações recomendadas pela ONU – apenas no âmbito do Governo e ONG’s, ou seja, com as entidades formadas por pessoas com deficiência ficando de fora desse processo, o que gerou uma grande insatisfação por parte do movimento.

As entidades fizeram pressão em diversas cidades do país, bem como manifestações públicas em diversas cidades. Segundo LANNA JUNIOR (2010, p. 43) “as críticas do movimento ao processo de condução do AIPD pelo governo brasileiro foram seguidas de ações, como criação de comissão e a realização de encontros e de manifestações, para alertar a sociedade em relação aos direitos da pessoa com deficiência”.

A mobilização ocorrera também em meio à passeatas e manifestações públicas:

[...] cada nova mobilização agregava forças e aumentava o volume das ações. Por exemplo, em manifestação ocorrida na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em abril de 1981, participavam cerca de 200 pessoas com deficiência somadas às pessoas sem deficiência. A organização do movimento foi coordenada pela *Fraternidade Cristã de doentes e deficientes* (FCD) e pela Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Rio de Janeiro (ADEFERJ), com participação de outras entidades... (LANNA JUNIOR, 2010, p. 43).

Diante desse contexto, é importante destacar que as organizações já possuíam um poder de mobilização grande, tanto que, eles realizaram “encontros independentes” durante a AIPD. LANNA JUNIOR (2010, p. 43) inclusive cita que, esses encontros

motivaram para a elaboração de proposta de criação de órgão nacional para cuidar das políticas voltadas para a pessoa com deficiência. Fato que aprovou a realização do “1º Congresso Brasileiro da Federação das Sociedades Pestalozzi, atividade organizada em alusão ao AIPD.

A mídia em geral fez uma intensa cobertura sobre o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o intuito de romper paradigmas e preconceitos e expor maiores pontos sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Em síntese, LANNA JUNIOR (2010, p. 44) expõe que:

[...] o AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU. No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque. Suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Essa foi a contribuição do AIPD: A visibilidade. A ONU, procurou dar continuidade a esse processo com a promulgação da Carta dos Anos 80, que apontava ações prioritárias e metas para a década de 1980 que possibilitassem as pessoas com deficiência integrar e participar da sociedade com acesso a educação e ao mercado de trabalho.

A iniciativa criada pela ONU de promover um ano voltado para as pautas das pessoas com deficiência, foi de fundamental importância para o fortalecimento da mobilização das pessoas com deficiência no mundo e especificamente no Brasil, em sintonia com o momento político que o país vivera, a respeito do processo de redemocratização na década de 80.



## **CAPÍTULO II – A política pública voltada para a pessoa com deficiência: ampliando direitos?**

O capítulo disserta sobre a deficiência de forma conceitual, abrangendo nesse ponto o processo histórico de identificação de uma “patologia” partindo de um modelo médico de análise mais restrito, para um modelo social mais abrangente e dentro da lógica de inclusão real, de igualdade entre todas as pessoas na perspectiva de ampliar direitos.

Logo em seguida, segue uma análise conceitual de deficiência, porém, sob um olhar voltado para a legislação brasileira, trazendo um histórico de legislações voltadas para a pessoa com deficiência, do processo de redemocratização até início dos anos 2000.

Na primeira década do século XXI, o grande ponto é a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no tópico referente a este tema, é apresentado um breve histórico do processo construção da Convenção, sendo está, um marco na conquista de direitos e da autonomia da pessoa com deficiência. E suas influências no trato do Brasil acerca do tema.

Ainda, é apresentado o contexto de elaboração da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. E análises sobre as quatro conferências nacionais realizadas acerca dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil.

### **2.1. Deficiência e sua conceituação**

A temática relacionada à deficiência está presente no contexto do mundo há muito tempo – entende-se século XVIII em diante – porém em suas primeiras discussões, com uma visão limitada e excludente.

Segundo DINIZ (2007, p.8) a “concepção de deficiência como variação do normal da espécie humana, foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. A afirmação da deficiência como um estilo de vida não é resultado exclusivo do progresso médico. Mas sim, uma afirmação ética que desafia nossos padrões de normal e patológico”.

Ainda segundo DINIZ (2007, p.8) dentro da visão do “modelo médico de compreensão da deficiência assim pode catalogar um corpo cego, alguém que não enxerga ou alguém a quem falta a visão – definição de um fato biológico”, ou seja, um fator estritamente médico, sem levar em conta o meio social entres demais fatores. No entanto,

a autora DINIZ (2007, p.8) complementa, “o modelo social de deficiência vai além onde, a experiência de desigualdade pela cegueira só se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilos de vida”.

Dentro dessa “nova” visão de modelo social no contexto de deficiência, a autora DINIZ (2007, p. 9-10) faz uma análise bem detalhada dos avanços da área na época:

[...]essa foi a revolução dos estudos sobre deficiência surgidos no Reino Unido e nos EUA, nos anos de 1970, de um campo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, a deficiência passou a ser também um campo de humanidades. Em síntese, deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente.

A aproximação dos estudos sobre deficiência de outros saberes já consolidados, como os estudos culturais e feministas da época, desafiou a hegemonia biomédica do campo. Uma das consequências desse processo, foi um extenso debate sobre como descrever a deficiência em termos políticos e não mais estritamente diagnósticos. Para os estudos sobre deficiência, a linguagem referente ao tema estava carregada de violência e de eufemismo discriminatórios, “aleijado”, “manco”, “retardado”, mais recentemente “pessoa portadora de necessidade especiais e “pessoa especial”. Um dos consensos no campo, foi o abandono dessas velhas categorias e a emergência das categorias “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência” e “deficiente”.

Como um conceito geral a autora DINIZ (2007) diz que, “deficiência pressupõe a existência de variações de algumas habilidades que sejam qualificadas como restrições ou lesões. Porém, nessa questão de qualificar as lesões e suas gravidades, é preciso um olhar específico e não generalizado, para ‘enquadrar’ ou não uma pessoa deficiente por determinada lesão”.

Neste aspecto DINIZ (2007, p. 259) prossegue em sua análise conceitual de deficiência:

[...] a ideia de deficiência é frequentemente relacionada a limitações naquilo que se considera como habilidades básicas para a vida social. Não é fácil determinar quais são essas habilidades, muito embora grande parte do debate se relacione à mobilidade, ao uso dos sentidos, à comunicação, à interação social e à cognição.

Além do debate médico necessário para diagnosticar uma lesão, é preciso também, e de igual importância possuir um olhar social de como uma determinada lesão irá afetar a vida social e a questão da independência de uma pessoa perante a sociedade e suas necessidades.

A existência dessa “não relação” direta entre – lesão e deficiência – cria um campo de debates existentes na área, pois a classificação ou não de uma pessoa com deficiência, influi diretamente em diversos programas sociais existentes no Brasil.

DINIZ (2007) trata exatamente desse pressuposto sobre uma análise conceitual de deficiência, explicitando o entendimento da Organização Mundial de Saúde (OMS) acerca do tema, mais precisamente em 2001, onde se estabelece a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) que diz: “as deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo com um desvio importante ou perda” (p.21, apud, DINIZ, 2007, p. 2591).

E que prossegue:

[...] para a CIF, a funcionalidade e a incapacidade de um indivíduo é resultado, da interação entre os estados de saúde e o meio ambiente, em que a deficiência é um resultado de uma interação complexa das pessoas com a sociedade.

“Em um ambiente hostil à diversidade corporal, é possível imaginar uma pessoa com restrições leves de habilidade, experimente a deficiência de forma mais severa. A restrição de habilidades em um ambiente receptivo à diversidade, pode não levar a experiência da deficiência” (DINIZ, 2007).

### **2.1.1 Definição de deficiência na legislação**

A Constituição Federal de 1988, tornou-se um marco na temática envolvendo os direitos da pessoa com deficiência no Brasil, buscando os ideais de uma concreta cidadania entre os brasileiros.

No texto constitucional, o princípio regente que promove a igualdade em reais condições, se faz presente no Art. 3º<sup>10</sup>, que serve de base para a formulação de diversas leis e decretos<sup>11</sup>, voltados para a pessoa com deficiência.

A Lei nº 7.853/89 mesmo que de caráter genérico, foi o primeiro exemplo de legislação voltada para a política pública para a pessoa com deficiência. E como uma forma de centralizar essas políticas e seu acompanhamento, foi instituída a CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Ações do governo voltadas para a pessoa com deficiência, começaram a serem implementadas como, por exemplo, em isenções na compra de veículos. O Decreto nº 914 de setembro de 1993, trata de regulamentar a referida Lei nº 7.853/89, ao definir quem seria pessoa portadora de deficiência<sup>12</sup>. Porém, sob uma perspectiva limitada.

O que é notório na trajetória da política voltada para a pessoa com deficiência, é a constante mudança, na busca por uma definição de deficiência e qual seria esse público. O autor ARAUJO (2007, p. 15) faz menção a esse processo: “O Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993, foi alterado pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que em seu Art. 4º, definia quem seria pessoa portadora de deficiência”.

Ainda sob esta perspectiva, o Decreto nº 5.296/04, segue uma definição de pessoas portadoras de deficiência, pautada no modo de limitação ou incapacidade, dentro de uma perspectiva biomédica, segmentando a deficiência em tipo, segundo um olhar clínico. Como expõe o Art. 5, §1º e seus respectivos incisos:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral,

<sup>10</sup> “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. Garantir o desenvolvimento nacional;
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. **Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (inclusive das pessoas com deficiência).**

<sup>11</sup> Necessários, pois a Constituição trata de forma ampla, os diversos segmentos da sociedade – incluindo as pessoas com deficiência – cabendo as leis e decretos um direcionamento específico para cada um desses segmentos.

<sup>12</sup> Nomenclatura usada na época (anos 80, 90 e início dos anos 2000), pelos legisladores e seus respectivos textos legislativos, mas que fique claro, para fins deste trabalho, fica valendo o entendimento atual, do uso da expressão “pessoa com deficiência”.

nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1.comunicação; 2.cuidado pessoal; 3.habilidades sociais; 4.utilização dos recursos da comunidade; 5.saúde e segurança; 6.habilidades acadêmicas; 7.lazer; e 8.trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Porém, segundo ARAUJO (2007), especialistas do direito, consideram que esta forma encontrada por meio de decretos, para definir, enquadrar, a pessoa portadora de deficiência, é uma maneira equivocada em termos da jurisprudência, visto que, “o Decreto teria apenas a função de operacionalizar a lei”. Ou seja:

A Administração pública, vem tratando de aplicar de forma singela a regra do Decreto, como se fosse um instrumento criador de direitos e obrigações. Como o enquadramento da pessoa implicará uma série de consequências, portanto, a fixação de critério restritivo por Decreto em nada colabora para a inclusão do cidadão. (ARAUJO, 2007, p. 16)

Contudo, em 1999 foi assinada – e promulgada posteriormente pelo Decreto nº 3.956, de outubro de 2001 – com o Brasil sendo um dos países signatários, a Convenção da Guatemala, que tem como principal objetivo, “eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência” (ARAUJO, 2007).

Com isso, o texto da Convenção torna-se a norma vigente na época, como fonte de definição de quem é a pessoa portadora de deficiência. Portanto, a Convenção da Guatemala, define deficiência como:

Uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

## **2.2 Sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Seu processo de construção**

Considerando o processo histórico a respeito aos direitos das pessoas com deficiência, na luta por uma autonomia, igualdade de direitos dentro do âmbito da sociedade, como sujeitos de direitos, busca-se retratar aqui, o que seria o primeiro grande movimento, para o fortalecimento da ideia de direitos voltados à pessoa com deficiência.

Com o processo de idealização e concretização da Declaração Universal dos Direitos do Homem – período pós segunda guerra mundial, anos 1945-1948 – possuindo como objetivo principal, criar e fortalecer um sistema amplo em termos globais, visando os direitos humanos – entende-se em todas suas maneiras e liberdade de pensamento, diversidade, entre outras – segundo a autora LOPES (2007) “a deficiência é, uma das características integrantes da diversidade humana. O grande desafio é justamente construir e consolidar esse novo paradigma social, pautado no respeito à diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da humanidade”.

Ainda sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu texto, trata de forma inviolável “os direitos inerentes a todo e qualquer ser humano independente de sua nacionalidade, sexo, idade, raça, credo ou condição pessoa e social”. A autora LOPES (2007, p. 45) coloca que:

Com a proclamação universal da dignidade humana como valor, começaram a serem verbalizadas as críticas a este modelo de isolamento e segregação das pessoas com deficiência. Os estudiosos e defensores dos direitos humanos passaram a se preocupar com as pessoas com deficiência, seu convívio em comunidades e a necessidade de afirmação dos seus direitos.

A partir dos anos 50, medidas que garantissem uma inclusão efetiva, foram sendo elaboradas e efetivadas no âmbito de diversos segmentos da sociedade. Parafraseando com a autora LOPES (2007, p.p.45-52):

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1955, lançou a recomendação nº 99, que diz respeito sobre a reabilitação de Pessoas Portadoras de Deficiência. Nos

anos 70, o movimento pelo reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direito e não mais como um critério da atenção, começou a ganhar forma.

A Assembleia Geral da ONU, em 1971, aprovou a resolução da Declaração dos Direitos do Retardo Mental (Resolução 28/56), que visava ‘afirmar que pessoas com deficiência mental gozam dos mesmos direitos dos demais seres humanos’ e adverte em seu texto que, ‘a mera incapacidade do exercício pleno de seus direitos, não faz concessão para a supressão completa desses direitos’.

Em 1975, a ONU em mais uma Assembleia Geral aprovou outra resolução, relacionada à Declaração dos Direitos dos Impedidos (Resolução 34/47) afirma que, ‘as pessoas com deficiência, são possuidoras dos mesmos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que os demais seres humanos’, ou seja, o pleno exercício do ser cidadão. E destaca ainda que, ‘as pessoas com deficiência têm direitos as medidas destinadas a permiti-las alcançar de forma mais ampla possível, essa autonomia’.

A década de 80, mostra-se fundamental na busca de autonomia das pessoas com deficiência. O primeiro grande acontecimento, se deu em 1981, ano proclamado pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, abrangendo a temática: ‘Participação e Igualdade, e também eixos como a prevenção, reabilitação e equiparação de oportunidades’. Essa iniciativa abre espaço para uma mobilização, empoderamento e conhecimento maior da causa, para as pessoas com deficiência e da sociedade como um todo, as demandas do segmento das pessoas com deficiência começam a ganhar a agenda pública e em diversos setores da sociedade, começam a sair de uma total invisibilidade, passando a serem vistos como sujeitos de direitos.

Em 1982, a ONU aprovou o Plano de Ação Mundial voltado à pessoa com deficiência (Resolução 37/52), cuja base de seus objetivos, são os mesmos traçados pelo Ano Internacional. Porém, há um ponto inédito até então, que surge no Plano, ‘a definição de deficiência em função da sua interação com o entorno’.

No ano seguinte da aprovação do Plano, foi declarado o decênio – 1983-1992 – como a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência, com o objetivo de executar as ações do Plano de Ação Mundial. Nota-se o importante papel de destaque, em que as questões da pessoa com deficiência conquistaram no espaço da ONU e de seus país membros.

Em 1987, ocorreu em Estocolmo (Suécia) a Reunião Mundial de Peritos, para monitorar a execução do Plano Mundial de ação relativos às pessoas com deficiência. Verificou-se então, que era necessário a elaboração de uma doutrina, que abordasse o tema a longo prazo, com necessidades e reconhecimento de direitos de forma mais ampla. Porém, em um primeiro momento essa visão foi rejeitada pelos países membros, pois, os mesmos consideraram a documentação já existente, suficientes para garantir às pessoas com deficiência o exercício de direitos na mesma condição que todos os outros seres humanos.

Em 1999, a Convenção Americana para a erradicação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, foi adotada pela OEA, considerado um importante avanço na discussão, visto que, partiu de um contexto regional. Além de que, foi o primeiro documento de relevância, que tratou a definição de deficiência pautada no ‘modelo social de direitos humanos, levando em consideração a interação com o meio econômico e social, como meio causador ou agravante.

Nos anos 2000, a ONU abriu espaço para a participação de ONG’s, na discussão voltada aos direitos das pessoas com deficiência, fato que gerou a realização de uma Conferência Mundial de ONG’s sobre a temática, e como resultado a aprovação do documento ‘Declaração de Beijing sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Novo Século’. Com isso, foi o grande momento precursor para a elaboração de uma Convenção Internacional dedicada à deficiência.

Em 2002, iniciou-se os trabalhos da primeira sessão de um comitê – formado para elaborar a Convenção Internacional – com uma perspectiva ‘ampla, integral de Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência’.

Foram realizadas ao todo, oito sessões acerca da Convenção entre [2002-2006]. As primeiras sessões serviram para a construção e solidificação da importância de se realizar uma Convenção direcionada à pessoa com deficiência. Ao passar das reuniões, o número de países membros também aumentava na medida, em que, os trabalhos avançavam. Somente a partir da 4ª sessão, realizada em agosto de 2004, que o texto propriamente dito da Convenção foi diretamente trabalhado.

Segundo a autora LOPES (2007) a partir da 5ª reunião o Brasil torna-se um país mais presente na discussão e elaboração do texto da Convenção, através do envio de uma



especialista técnica da CORDE. LOPES (2007, p.50) prossegue a respeito do Brasil na Convenção:

No Brasil, entre a 6ª e a 7ª sessões, foi realizado um seminário sobre a Convenção sediado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. [...] O evento reuniu as lideranças de pessoas com deficiência e estudiosos da área específica e de direitos humanos. Com uma metodologia que permitia aos participantes trabalhar os textos dos artigos em blocos agrupados por assuntos, as 12 oficinas realizadas foram compiladas em um único relatório que serviu de base para a próxima sessão.

E sobre as sessões 7ª e 8ª, a autora LOPES (2007, p. 51) finaliza acerca do governo brasileiro no processo da Convenção:

[...] o governo brasileiro, por meio da CORDE, protagonizou em Brasília-DF uma Câmara Técnica, com membros destacados do governo, representantes de diversos Ministérios, especialistas das várias áreas da deficiência, do direito e da sociedade civil. A presença do Brasil ficou mais forte e visível nestes últimos dois anos do processo, pela participação das organizações não governamentais e maior presença de técnicos do seu governo, além do representante diplomático que já apresentava conhecimento acumulado na área de direitos humanos, mas que foi cada vez mais se familiarizando com as políticas, leis e práticas do Brasil em relação às pessoas com deficiência.

Por fim, ainda nas palavras de LOPES (2007) os resultados foram apresentados na 61ª Assembleia Geral da ONU, que aprovou o texto final da Convenção e do Protocolo no dia 13 de dezembro de 2006.

No Brasil, de acordo com o documento Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (SDH, 2010):

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à legislação brasileira em 2008. Após uma atuação de liderança em seu processo de elaboração, o Brasil decidiu, soberanamente, ratificá-la com equivalência de emenda constitucional, nos termos previstos no Artigo 5º, § 3º da Constituição brasileira, e, quando o fez, reconheceu um instrumento que gera maior respeito aos Direitos Humanos. A Convenção e seu Protocolo Facultativo, são uma referência essencial para o País que queremos e já começamos a construir: um Brasil com acessibilidade, no sentido mais amplo desse conceito. Estamos conscientes, por exemplo, de que hoje não é o limite

individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços.

Ainda de acordo com as diretrizes do documento Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (SDH, 2010) em seus artigos trata de:

Defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas que apresentam alguma deficiência, a Convenção prevê monitoramento periódico e avança na consolidação diária dos direitos humanos ao permitir que o Brasil relate a sua situação e, com coragem, reconheça que, apesar do muito que já se fez, ainda há muito o que fazer. Outro grande avanço foi a alteração do modelo médico para o modelo social, o qual esclarece que o fator limitador é o meio em que a pessoa está inserida e não a deficiência em si, remetendo-nos à Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Tal abordagem deixa claro que as deficiências não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Assim, a falta de acesso a bens e serviços deve ser solucionada de forma coletiva e com políticas públicas estruturantes para a equiparação de oportunidades.

### **2.3 Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**

As autoras (FOLLONE E RODRIGUES, 2015, p.277) fazem um breve histórico do processo de formulação da Lei e seus avanços para a pessoa com deficiência:

A aprovação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, considerou a reivindicações antigas sobre o direito à inclusão das pessoas com deficiência. Inicialmente, referida lei teve origem equivocada como “Estatuto da Pessoa Deficiente”, em 2003, por autoria do então Deputado Federal Paulo Paim. Em seguida, passou por várias revisões, estudos e modificações, chegando-se a uma versão que seguiu na linha da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo teor é voltado à cidadania e à inclusão social.

Entre as mudanças importantes, a LBI traz o “auxílio inclusão” para trabalhadores com deficiência que exerçam atividade remunerada, também, como novas conquistas: 1. O trabalhador com deficiência poderá utilizar o FGTS para aquisição de órteses e próteses; 2. Proibição aos planos de saúde de praticarem qualquer tipo de discriminação em razão de sua deficiência.

E, como sujeito concreto é um ser humano que faz parte de uma comunidade específica e que, por possuir essa qualidade, ele é colocado como titular de

direitos e obrigações na perspectiva da justiça social. A partir daí, sendo a pessoa com deficiência, uma pessoa humana e sujeito na justiça social, a ele é devido todos os bens necessários para a concretização das suas dimensões humanas e sociais dentro da comunidade em que vive.

A sanção presidencial da lei ocorreu no dia 6 de julho de 2015, sendo de fundamental importância para a conquista de direitos da pessoa com deficiência.

Em seu Artigo 1º o texto da Lei trata de seus objetivos:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Seu Parágrafo Único, a Lei trata de seu histórico legislativo até a formação do texto final:

Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

E em seu Artigo 2º a Lei trata da definição de deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A lei traz conceitos do que é acessibilidade, do que são barreiras e demais conceitos para garantir a inclusão da pessoa com deficiência.

Em seus títulos e capítulos a lei discorre sobre direitos universais, levando-se em conta especificidades da pessoa com deficiência, definindo como garantir tal universalidade de direitos.

A LBI, visa ser a normativa para atender e complementar os compromissos firmados na convenção da ONU, e também garantir aquilo que versa a CF/88 sobre que

todos são iguais perante a lei. A LBI sem dúvida um grande avanço, mas que ainda continua sendo ponto de luta do segmento por conta de determinados artigos que devem ou não serem vetados.

“Em síntese, determina o Estatuto, à luz do que vem disposto na Constituição, especialmente com a alteração promovida pela Convenção da ONU, que a acessibilidade deverá ser observada no mobiliário urbano, nos edifícios públicos, de uso público, e privados de uso coletivo, existentes e a serem construídos, bem como nos meios de transporte coletivo. Procura o Estatuto dar efetividade ao mandamento constitucional”. (ARAUJO E MAIA, 2016, p.235)

Segundo (ARAUJO E MAIA, 2016, p.236) na questão específica na acessibilidade aos locais de uso público, o Estatuto da Pessoa com Deficiência determinou que as cidades ali contempladas estabeleçam plano de rotas acessíveis, compatível com o respectivo plano diretor, dispondo sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, de forma a garantir a acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, assim como aos órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos entre outros, sempre que possível de forma integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.

## **2.4 Análises das Conferências Nacionais para a Pessoa com Deficiência no Brasil**

### **2.4.1 Análise sobre a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Considerando todo o processo de mobilização da pessoa com deficiência no Brasil, a I Conferência foi realizada no ano de 2006 em Brasília, sendo mais uma consequência e conquista do processo de mobilização em busca de concretização dos direitos da pessoa com deficiência.

Realizada com a perspectiva de propor novas ações e discussões que abrangessem a presença das pessoas com deficiência no Brasil, como sujeitos de plenos direitos e na ótica da inclusão e de uma acessibilidade para as pessoas com deficiência, possibilitando uma autonomia perante a sociedade.

Segundo o documento com os anais da primeira conferência dos direitos da pessoa com Deficiência (2006):

O tema central da conferência foi, “Acessibilidade: você também tem compromisso”, e, a partir dele foram trabalhados temas correlatos, mediante mesas redondas e painéis, com a participação de expositores qualificados, entre eles pessoas envolvidas com o aperfeiçoamento das políticas para a inclusão do cidadão com deficiência, tais como gestores, prestadores de serviços, políticos e outros. Os trabalhos em grupos estimularam os debates sobre questões diretamente ligadas ao interesse dos participantes, contribuindo de forma substantiva para o encaminhamento de propostas de ações e deliberações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos.

A conferência teve de fato uma abrangência nacional, com a presença de vários políticos, personalidades públicas, e a presença maciça de representantes de entidades e diversos conselhos presentes no Brasil.

Os debates foram divididos em mesas temáticas, contemplando diversos assuntos referente aos direitos da pessoa com deficiência no Brasil. As mesas temáticas foram as seguintes:

- A) Condições Gerais de Implementação da Acessibilidade;
- B) Implementação da Acessibilidade Arquitetônica, Urbanística e de Transporte;
- C) Da acessibilidade à informação, à comunicação e às ajudas técnicas;
- D) Lançamento da Campanha Nacional de Acessibilidade

E como resultado dos debates das mesas temáticas, diversas deliberações foram tomadas, a respeito dos respectivos temas das mesas, nas quais destaco a seguir, presentes no documento com os anais da primeira conferência dos direitos da pessoa com Deficiência (2006) as mais relevantes dentre as apresentadas:

Como os cidadãos e as entidades da sociedade podem influenciar na caracterização do direito à acessibilidade?

1. Exigir do governo, nas suas diversas instituições, ações que atendam as especificidades das deficiências existentes para o pleno atendimento, no âmbito nacional, nos setores da educação, saúde, lazer, trabalho, transporte e assistência social, com políticas integradas nos três níveis;

2. Formar e fortalecer, sob a iniciativa dos Conselhos dos Direitos, uma rede de atenção às pessoas com deficiência onde se possa agregar e mobilizar os cidadãos, o setor público e as organizações da sociedade civil;
3. Garantir o direito ao trabalho da pessoa com deficiência auditiva/surdo, facilitando o acesso à carteira de habilitação profissional, na categoria “D”, de baixo risco, constando nos automóveis somente os adesivos com o símbolo internacional da deficiência auditiva/surdez, conforme normas da ABNT;
4. Incentivar a formação e qualificação das pessoas com deficiência, estimulando-as a assumir o papel de protagonistas da sua própria história, exigindo, inclusive, das promotorias do Ministério Público e da Defensoria Pública que a legislação pertinente seja cumprida em todas as esferas.
5. Fortalecer as organizações da sociedade civil de defesa de direitos e as que prestam atendimento às pessoas com deficiência, bem como a ressignificação das mesmas, pautando-se no paradigma da inclusão/acessibilidade dentro de uma visão universal;
6. Cobrar do Ministério Público a fiscalização dos direitos da pessoa com deficiência, inclusive no que se refere à agilização dos processos de concessão de aposentadoria e benefícios para pessoas com deficiência, principalmente por parte do poder público.
7. Criar um fórum permanente de acessibilidade nas três esferas do governo, envolvendo toda a sociedade civil, incluindo representantes de todos os tipos de deficiências.
8. Criar lei federal que obrigue os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a implementarem os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência;

Quais as etapas em que a acessibilidade arquitetônica e urbanística pode ser controlada pelos gestores públicos e pela sociedade para o alcance de políticas setoriais inclusivas?

9. Submeter todos os projetos de desenvolvimento de urbanismo, arquitetura e de construções à avaliação dos conselhos nacional, estadual, distrital e municipal da pessoa com deficiência e/ou das comissões permanentes de acessibilidade;
10. Garantir que na celebração ou renovação de concessão e exploração de transporte de uso coletivo seja assegurada frota acessível, sem gerar aumento da tarifa ao usuário.
11. Realização de planos estaduais, distrital e municipais de mobilidade e transporte contemplando a acessibilidade, mediante incentivo do governo federal;
12. Responsabilização do gestor público pelas condições de acessibilidade e acompanhamento das obras pela sociedade civil;

Dentre outras tantas, em meio as 265 deliberações ao todo tomadas, no âmbito da conferência. Moções também foram elaboradas no sentido de: Apoio; Recomendações; Solicitações e Repúdio.

Como consequência da conferência, segundo o documento com os anais da primeira conferência dos direitos da pessoa com Deficiência (2006):

Espera-se que os resultados dessas reflexões possam contribuir para impulsionar desenvolvimento de políticas sociais integradas, envolvendo todos os níveis de governo, que estimulem o controle social voltado ao combate de todas as formas de discriminação e a acessibilidade aos bens e serviços existentes. Este documento, que seguramente construiu mais uma etapa na história da democracia participativa brasileira, contém o registro dos principais momentos técnicos e políticos do evento, em nível nacional.

#### **2.4.2 Análise sobre a II Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência**

Realizada em Brasília no mês de dezembro de 2008, a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sob a temática: “Inclusão, Participação e Desenvolvimento - Um novo jeito de avançar”. Já sobre a influência dos pontos validados pela Convenção Internacional dos direitos da pessoa com Deficiência pela ONU.

A dinâmica da conferência deu-se por meio de mesas redondas, em três eixos fundamentais para a busca por maior ampliação de direitos, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.

##### **1- SAÚDE E REABILITAÇÃO**

Que traz como pontos principais:

[...] a prevenção de deficiências, a proteção e assistência integral à saúde, com base na perspectiva de territorialização, acesso e igualdade de condições – porque não podemos pensar que teremos todos os serviços, em todos os municípios, por várias questões que a gente vai avaliar no decorrer da nossa fala –, serviços de apoio diagnóstico e terapêuticos, prevenção de agravos, contribuição para inclusão plena em todas as esferas da vida, a reabilitação como um processo *sine qua non* para as pessoas com deficiência, ampliação do acesso à tecnologia assistiva, dispositivos e ajudas técnicas com base em critérios técnicos, rompendo com o assistencialismo. (Anais da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília: CONADE, 2008)

## 2- TRABALHO E EDUCAÇÃO

“Essa mesa tem um cunho que vai ser fundamental porque é um tema que envolve o momento que nós vivemos no país e essa Conferência se propõe a discutir inclusão, participação e desenvolvimento, e a educação e o trabalho são temas-chave para que se efetive, de fato, inclusão, participação e desenvolvimento. A inclusão requer formação, colaboração, organização...e a educação tem um papel-chave nesse processo, mas, principalmente, a inclusão requer mudança de concepção. Essa discussão será importante para todos nós, e eu passo, então, a chamar os convidados, nossos convidados para serem expositores nessa mesa e que vão, então, fazer as suas falas sobre a temática do trabalho”. (Cláudia Dutra, Coordenadora da mesa de Trabalho e Educação: II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília: CONADE, 2008)

## 3 – ACESSIBILIDADE

A mesa trata do direito das pessoas com deficiência em adquirirem uma acessibilidade concreta, tanto em meios de comunicação de massa, como em tecnologias assistivas que buscam auxiliar na inclusão da pessoa com deficiência perante a sociedade, possibilitam autonomia. E a própria questão da tecnologia diferenciada na área da saúde, por exemplo, na questão de órteses e próteses.

Deliberações sobre cada uma das temáticas das mesas foram tomadas, com o objetivo dos conselhos de direitos de praticarem um monitoramento para o cumprimento das mesmas. Moções também foram aprovadas, no âmbito da conferência, dividindo-se em: Moções de reivindicações e Moções de apoio.

Por fim, a conferência retrata os avanços conquistados na política voltada para a pessoa com deficiência, “as pessoas com deficiência desse país jamais tiveram a visibilidade e, mais do que isso, jamais tiveram a condição de estarem no mesmo espaço, dizendo aquilo que querem, e não mais sendo representadas por outros”. (Fala, ALEXANDRE BARONI – Presidente do CONADE; Gestão 2006/2008)

### **2.4.3 Análise sobre a III Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência**

A 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (dezembro/2012), demonstrou que o governo brasileiro empenhou-se em estabelecer um amplo debate sobre os impactos provocados pela Convenção da ONU dos Direitos da



Pessoa com Deficiência na sociedade. Como tema: “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU – novas perspectivas e desafios”. Os debates apontaram para a necessidade de um novo olhar para efetivar o comprometimento com a promoção da inclusão e da acessibilidade como valores integrais da justiça social. (3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Relatório Final); Brasília: SDH/PR – SNPD – Conade, 2013).

III Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência teve a seguinte organização, segundo o Relatório Final – (SNPD – CONADE, 2013).

a) **plenária inicial, com discussão e votação do Regulamento Interno** - A plenária inicial teve por finalidade aprovar as regras – o Regulamento – III Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O Regulamento é um conjunto de normas que versa sobre o funcionamento da Conferência, as dinâmicas dos trabalhos nos painéis e grupos de trabalho, os debates, as moções e a votação das deliberações finais.

b) **Painéis e Grupos de Trabalhos Temáticos** - Os Painéis servirão para o aprofundamento da discussão dos temas da Conferência e os Grupos de Trabalho para discussão e aprovação das propostas sistematizadas das Conferências/Fóruns Estaduais e do Distrito Federal. O funcionamento dos Painéis e dos Grupos de Trabalho será orientado pelo Regulamento aprovado na Plenária Inicial.

c) **Plenária Final** - A Plenária Final é um fórum de caráter deliberativo, constituído pelas delegadas e pelos delegados, devidamente credenciadas e credenciados, com competência para discutir, aprovar ou rejeitar as propostas debatidas nos Grupos de Trabalho, de acordo com o Regulamento, e as moções encaminhadas pelos participantes.

Os eixos trabalhados na conferência e juntamente aprovadas as respectivas deliberações nas seguintes áreas:

Educação;

Esporte, Cultura e Lazer;

Trabalho e Reabilitação profissional;

Acessibilidade;

Comunicação;

Transporte e Moradia;

Saúde, Prevenção, Reabilitação, Órtese e Prótese;

Segurança e Acesso à Justiça;

Padrão de Vida e Proteção Social;

Ou seja, um debate realizado sob uma perspectiva muito mais abrangente em comparação com as duas Conferências anteriores, o que promove um debate mais amplo e envolvendo diversas pastas do governo em torno da garantia de direitos da pessoa com deficiência no Brasil. O documento sobre a conferência trata de expor esse contexto mais amplo abordado do Relatório Final – (SNPD – CONADE, 2013):

“Desta forma, a conferência cumpriu de forma exemplar o papel político de reforçar a importância da superação de barreiras, não apenas físicas, mas sobretudo os preconceitos que impedem a inserção plena, com autonomia, das pessoas com deficiência na sociedade”.

#### **2.4.4 Análise sobre a IV Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência**

Ocorreu em Brasília, no mês de abril/2016. O diferencial dessa 4ª Conferência, foi que houve um processo de construção do texto base da referida, através de uma mobilização regional, ou seja, a 4ª Conferência Nacional foi uma construção do resultado de diversas Conferências regionais, o que trouxe um olhar das especificidades e barreiras de cada região. Sob a perspectiva e temática dos: “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: A transversalidade como radicalidade dos direitos humanos”.

Segundo o documento dos anais da IV Conferência Nacional dos Direitos Da Pessoa com Deficiência (SDH – CONADE, 2016)

As discussões se estruturaram em torno de 3 (três) eixos, sendo eles:

Eixo I – Gênero, raça e etnia, diversidade sexual e geracional;

Eixo II – Órgãos gestores e instâncias de participação social;

Eixo III – A interação entre os poderes e os entes federados.

Primeiramente divididos em forma de propostas levantadas para discussões nas

mesas durante a conferência, ou seja, as demandas oriundas das conferências regionais. E um segundo momento os mesmos eixos debatidos sobre forma de ações estratégicas, como serão efetivadas as demandas. As ações estratégicas, se constituem como sugestões ao poder executivo e foram consolidadas.

Outra questão relevante acerca da referida Conferência, é que a mesma fez parte da Conferência Conjunta de Direitos Humanos, e ao final das conferências temáticas que compõe a pasta de Direitos Humanos, a então Presidente Dilma Rousseff assinou cinco decretos ao final das Conferências Temáticas, sendo que dois deles estão transcritos na dizem respeito às pessoas com deficiência diretamente.

### **CAPÍTULO III – A política voltada para a pessoa com deficiência no espaço do CONADE e sua representação na sociedade civil**

Este capítulo irá analisar diretamente sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sendo o espaço de deliberações a respeito da política voltada para a pessoa com deficiência no Brasil, sua natureza e sua composição serão abordados.

Tendo como um arcabouço teórico e de fonte de informações, a utilização do mesmo roteiro<sup>13</sup> e questionário elaborado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS) coordenado pela Professora Doutora Ângela Vieira Neves do departamento de Serviço Social – UnB.

Como perspectiva a participação da sociedade civil no conselho, o capítulo irá tratar ainda da mobilização dos representantes da sociedade civil no processo de ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Com base nos dados cedidos pelo GEPEDSS a respeito do CONADE em forma de tabelas e trechos de entrevistas com os(as) conselheiros(as).

A questão do poder de decisão, que envolve o CONADE. E por fim a relação do Conselho com o poder legislativo, afim de tratar das tensões e conquistas, no processo de garantia dos direitos voltados para a pessoa com deficiência.

#### **3.1. A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE): um espaço público que visa avanços na política para a pessoa com deficiência**

Para TATAGIBA (2002) a década de 90 se caracterizou por um movimento muito intenso de atores e fatores envolvidos com a invenção partilhada de novos formatos e desenhos de políticas. Portanto, o discurso da participação, lança exigências e busca articular a democratização do processo com a eficácia dos resultados, com a participação cidadã nos espaços institucionais, seria possível reverter o padrão de planejamento e execução das políticas públicas no Brasil.

---

<sup>13</sup> Roteiro de entrevista inserido em anexo.

TATAGIBA (2002) ainda considera que os mecanismos de participação obrigariam o Estado a negociar suas propostas com outros grupos sociais, dificultando a usual ‘confusão’ entre interesse público e os interesses de grupos que circulam em torno do poder estatal e costumam exercer influência direta sobre ele. A participação ainda tem como resultado esperado, um efeito direto sobre os próprios atores que participavam atuando, assim, como um fator educacional da cidadania.

Considerando os tipos de natureza, composição e de como se dá suas atribuições nos espaços dos conselhos, vale ressaltar a seguinte definição:

(...) [os conselhos] são órgãos concebidos para influir constitutivamente na vontade normativa do Estado, mediante o exercício de competências conferidas pelas respectivas leis criadoras, que devem trazer as linhas definidoras de seu campo de atuação. Não podem os conselhos deliberar sobre matérias que extrapolem os setores das políticas sociais sob sua responsabilidade, nem sobre questões que extravasem o âmbito da esfera de governo onde foram criados e das atribuições que lhes foram conferidas (...) Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais, à base de anulação do poder político. O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas por obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada (...) em co-gestão com a sociedade civil. (...) Os conselhos devem se deter, também, sobre medidas que visem ao reordenamento institucional dos órgãos da administração pública responsáveis pela execução das políticas sociais dentro do seu campo específico de intervenção (...) Se tais medidas implicarem alterações de competência privativa do chefe do Executivo, ou de seus auxiliares direto, dependerão de homologação por essas autoridades públicas. Tudo o mais que tenha caráter de adequação ou reorientação e que expresse o exercício de competência prevista na lei de sua criação não necessita de homologação (...) (Apud, TATAGIBA, 2002, p. 50)

Tomando esses pressupostos, e o contexto de uma democracia participativa, espaços que possibilitam a discussão, formulação de políticas públicas e sociais são essenciais, sendo o ponto de encontro das demandas oriundas da sociedade civil e os interesses do Estado, podendo ser antagônicos ou não.

Durante o processo histórico e democrático brasileiro, entende-se pós constituinte de 1988, os espaços públicos, conselhos gestores e de direitos, foram criados para a aprimorar a discussão na formulação de políticas públicas, no controle do andamento das

mesmas, e sobretudo tudo exercer uma mobilização da sociedade civil, sendo mais atuante nos processos decisórios.

O processo de construção do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, deu-se por meio desse processo de mobilização da sociedade civil e em específico das pessoas voltadas à política para a pessoa com deficiência, em contexto e fatos já citados no corpo deste presente trabalho.

Portando, o CONADE foi instituído da seguinte forma:

O Conade foi criado no âmbito do Ministério da Justiça (MJ), em 1 de junho de 1999, através do Decreto 3.076/1999. Em dezembro do mesmo ano o Decreto 3.298/1999, que instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, revogou o Decreto 3.076/1999, mas manteve o Conade ligado ao MJ. Em 2003, a Lei 10.683, de 28/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, trouxe em seu artigo 24 a menção do Conade como parte da estrutura do governo, vinculada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Em março de 2010 foi editada a Medida Provisória nº 483 alterando a Lei 10.683, que atualizou o nome do Conade, necessária por conta da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU. Dessa forma o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, passou a ser Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (Fonte: CONADE)

E sobre essa perspectiva que se dá o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). É um conselho gestor, com deliberação colegiada sobre normas e diretrizes, direcionadas para a pessoa com deficiência no Brasil, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a que se refere o art. 24 da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, art.10 a 12 do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Portaria nº 36, de 15 de março de 2004, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O CONADE, possui um regimento interno, afim de, traçar suas diretrizes. E segundo esse regimento, quanto a natureza do conselho diz que:

Art. 1º O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, com sede e foro no Distrito Federal, órgão superior de deliberação colegiada, composto paritariamente por representantes do Governo e da Sociedade Civil, de natureza permanente, integrante da estrutura básica da

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a que se refere o art. 24 da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, art.10 a 12 do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Portaria nº 36, de 15 de março de 2004, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, reger-se-á pelo presente Regimento Interno, na conformidade com a legislação vigente, tendo as seguintes finalidades:

I - Aprovar planos e programas da Administração Pública Federal direta e indireta, na forma do Art. 10, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999;

II - Zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana, reabilitação e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da Secretaria de Direitos Humanos, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência;

V - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI - Acompanhar e apoiar as políticas e as ações dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VIII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

IX - Aprovar o plano de ação anual da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

X - Acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência;

XI - atuar como instância de apoio, em todo território nacional, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa

com deficiência assegurados na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e demais legislações aplicáveis;

XII - participar do monitoramento da promoção, proteção e implementação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no país; e

XIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010)

Portanto, o CONADE, é um espaço de representação, discussão de políticas públicas para a pessoa com deficiência, onde se debate a ampliação e sobretudo a garantia dos direitos já conquistados e vigentes.

### **3.1.2 A composição do CONADE**

É um conselho paritário dividindo-se em 19 representantes do governo e 19 representantes da sociedade civil (envolvendo representantes de entidades e segmento dos trabalhadores). Num total de 76 representantes envolvendo titulares e suplentes.

A devida distribuição das representações presentes no Conselho – Governo e Sociedade – é previamente estabelecida por meio do Regimento Interno, que dispõe quanto a representação da sociedade civil (considerando o Governo sendo representado por pastas governamentais definidas no texto do regimento):

[...] dezenove representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada, a seguir indicados:

- a) treze representantes de organizações nacionais de e para pessoa com deficiência;
- b) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- c) um representante de organização nacional de empregadores;
- d) um representante de organização nacional de trabalhadores;
- e) um representante da comunidade científica, cuja atuação seja correlata aos objetivos da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência;
- f) um representante e respectivo suplente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; e



g) um representante da Associação Nacional do Ministério

Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID.

Parágrafo único. Considera-se organização nacional para pessoa com deficiência, a entidade privada sem fins lucrativos e de âmbito nacional, com filiais em pelo menos cinco estados da federação, distribuídas, no mínimo, por três regiões do país.

Art. 3º Os representantes das organizações nacionais, de e para pessoa com deficiência na forma do inciso II, alínea a, do art. 2º, serão escolhidos dentre os que atuam nas seguintes áreas:

I - um na área de condutas típicas;

II - um na área de deficiência auditiva e/ou surdez;

III - três na área de deficiência física;

IV - dois na área da deficiência mental e/ou intelectual;

V - dois na área de deficiência por causas patológicas;

VI - dois na área da deficiência visual;

VII - um na área de deficiências múltiplas; e

VIII - um na área de síndromes..” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010)

No que diz respeito a representação da sociedade civil, referente as organizações sociais, o regimento dispõe do modo de como sua representação será efetivada, no trecho a seguir do regimento (Art.5º), define o processo eleitoral dessas organizações:

Art. 5º As organizações nacionais de e para pessoas com deficiência serão representadas por entidades eleitas em assembleia geral convocada para esta finalidade e indicarão os membros titulares e suplentes.

§ 1º As entidades eleitas e os representantes indicados terão mandato de dois anos, a contar da data de posse, podendo ser reconduzidos.

§ 2º A eleição será convocada pelo CONADE, por meio de edital, publicado no Diário Oficial da União, no mínimo, noventa dias antes do término do mandato.

§ 3º A assembleia para a escolha dos representantes será realizada pelo menos trinta dias antes do final do mandato.

§ 4º O edital de convocação das entidades privadas sem fins lucrativos e de âmbito nacional exigirá para a habilitação de candidatos e eleitores, que tenham filiais organizadas em pelo menos cinco Estados, distribuídas, no mínimo, por três regiões do País.

§ 5º Os critérios de desempate serão, na ordem, a maior representação em Estados, a maior representação em Regiões e, por fim, a comprovação da antiguidade do registro de seus estatutos.

§ 6º O processo eleitoral será conduzido por Comissão Eleitoral formada por um representante do Ministério Público Federal que a presidirá, um representante do CONADE eleito para esse fim e outro da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - SNPD, especialmente convidado para esse fim. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010)

Considerando a composição estabelecida na gestão 2015-2017 o CONADE possui a seguinte composição (Descrita nas tabelas 1 e 2):

**Tabela 1**

<b>Entidades – Segmento GOVERNO</b>	<b>Representante Titular</b>	<b>Representante Suplente</b>	<b>Total</b>
Casa Civil da Presidência da República	1	1	2
Ministério das Cidades	1	1	2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1	1	2
Ministério das Comunicações	1	1	2
Ministério da Cultura	1	1	2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1	1	2
Ministério da Educação	1	1	2
Ministério do Esporte	1	1	2
Ministério da Justiça	1	1	2

Ministério da Previdência Social	1	1	2
Ministério das Relações Exteriores	1	1	2
Ministério da Saúde	1	1	2
Ministério do Trabalho e Emprego	1	1	2
Ministério dos Transportes	1	1	2
Ministério do Turismo	1	1	2
Sec. de Direitos Humanos da Presidência da República	1	1	2
Sec. de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	1	-	1
Cons. Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de SP	-	1	1
Cons. Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de SC	1	-	1
Cons. Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Fortaleza/CE	-	1	1
Cons. Municipal Dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Joinville/SC	-	1	1
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>38</b>

Fonte: dados CONADE, elaboração e sistematização: GEPEDSS

**Tabela 2**

<b>Entidades – Segmento SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>Representante Titular</b>	<b>Representante Suplente</b>	<b>Total</b>
Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos-FENEIS	1	1	2
Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB	1	1	2
Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais - CBDV	1	1	2
Federação Nacional das APAEs - FENAPAE	1	1	2
Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI	1	1	2
Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down	1	1	2
Associação de Pais, e Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB	1	1	2

Associação Brasileira de Ostomizados	1	1	2
Associação Brasileira de Rugby em Cadeiras de Rodas - ABRC	1	1	2
Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF	1	1	2
Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA	1	1	2
Federação Nacional de Associações de Portadores de Esclerose Múltiplas	1	1	2
Associação Brasileira de Autismo - ABRA	1	1	2
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC	1	1	2
Academia Brasileira de Neurologia	1	1	2
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia	1	1	2
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência - AMPID	1	1	2
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	1	1	2
Segmento dos TRABALHADORES			
Central Única dos Trabalhadores - CUT	1	1	2
Total	19	19	38

Fonte: dados CONADE, elaboração e sistematização: GEPEDSS

Na análise da tabela 1, importante destacar o seguinte fato, nota-se a presença praticamente total de entidades, com uma representação dos trabalhadores, e a ausência dos usuários na dinâmica do conselho.

E a estrutura básica, e dinâmica dos trabalhos do Conselho, é apresentada no Art.12 do referido regimento, que diz:

Art. 12. O CONADE possui a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Presidência Ampliada;

IV - Comissões Permanentes; e

V - Comissões Temáticas.

§ 1º Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

a) Comissão Políticas Públicas;

b) Comissão de Orçamento e Finanças Públicas;

c) Comissão de Articulação de Conselhos;

d) Comissão de Comunicação Social; e

e) Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos.

§ 2º Sempre que possível às deliberações do CONADE serão subsidiadas pelas Comissões Temáticas.

§ 3º As Comissões Temáticas poderão ser assessoradas por profissionais de áreas afins, e convidados de notório saber, caso seus componentes julguem necessário para o desempenho de suas atribuições.

§ 4º As Comissões Permanentes e Temáticas serão compostas paritariamente com no mínimo seis (6) e no máximo oito (8) integrantes.

§ 5º Compete a cada comissão a escolha de seu coordenador dentre os seus membros.

§ 6º Os relatores das matérias a serem apreciadas nas Comissões serão indicados pelo Coordenador da respectiva Comissão conforme distribuição por ordem alfabética da entidade representativa, ressalvados os casos de impedimento, suspeição ou deliberação da maioria dos membros.

§ 7º A qualquer Conselheiro (a) é facultado participar das reuniões de qualquer comissão, com direito a voz.

§ 8º As deliberações das comissões permanentes e temáticas só terão validade após aprovadas ou referendadas pelo Plenário. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010)

Portanto, é possível analisar toda uma organização sistemática para a elaboração de atividades do Conselho, sendo importante destacar a abertura dada aos conselheiros para colocarem temas em pautas e a própria descentralização de atividades realizadas no âmbito do CONADE, o que garante de uma prática democrática e participativa mais eficaz e de fato.

### **3.2 A mobilização da sociedade civil na ampliação de direitos para pessoa com deficiência**

Considerando o histórico de mobilização das pessoas com deficiência para alcançarem seus direitos, tendo como estudo empírico o CONADE – sendo um importante resultado do processo de conquistas da sociedade civil organizada em torno de causas voltadas para a pessoa com deficiência.

Partindo do pressuposto da relação do Estado com a Sociedade Civil, LUSTOSA (2012) considera que, “ocorrem cooptações dos interesses populares, por exemplo, quando o Estado transforma certas lideranças políticas, representativas dos movimentos sociais, associações, em representantes de instituições públicas com vínculos empregatícios, cargos comissionados, entre outras”.

Considerando o pensamento clássico, em específico na visão de Marx, LUSTOSA (2012) considera a seguinte análise:

[...] para Marx, o Estado é a expressão alienada da sociedade civil, no sentido de que as novas formas de regulação social se submetem ao papel exercido pela sociedade, pois o Estado não é a esfera autônoma da mesma. Longe de qualquer noção de sociedade civil como ‘esfera destrutiva’, recupera-se sua importância pelo papel que desenvolve na sociedade de classes. Ou seja, quanto mais o Estado burguês se militariza para enfrentar os embates com a sociedade, como é o caso do enfrentamento com os trabalhadores e os movimentos sociais no Brasil, mas ainda demonstra sua pouca capacidade de democratizar suas relações com as camadas menos favorecidas. (Apud, LUSTOSA, 2012, p.70)

Daí a importância de uma sociedade civil organizada, pautada na construção e garantia de direitos para a pessoa com deficiência no Brasil, visto que é um segmento da sociedade historicamente tratado com uma indiferença pela sociedade como um todo. Ou seja, é claro que ao longo da história, é notável o processo de luta pela conquista do

protagonismo da pessoa com deficiência, há um pensamento claro, principalmente depois da instituição do CONADE, em que a sociedade civil é um instrumento fundamental para a tomada de iniciativa do Estado, “O Governo só faz se a sociedade civil empurrar, cobrar, propor, fiscalizar. Os movimentos sociais são molas propulsoras das políticas públicas” (Apud, FILHO; FERREIRA, 2013, p. 106). Sendo assim, no âmbito do CONADE, a sociedade civil mostra-se fundamental nas discussões, sendo uma sociedade civil heterogênea, onde é notável uma formação de associativismo de seus representantes.

### **3.2.1 A heterogeneidade da sociedade civil e sua representação: avanços na luta por direitos?**

Tendo como pressuposto a composição da sociedade civil, considerando sua heterogeneidade, é importante salientar em que ponto tal “fragmentação” da mesma, possui uma dualidade de percepção, podendo ser benéfica ou não para a construção de uma sociedade civil, impactando em ações na sua representatividade.

De acordo com os próprios conselheiros(as) essa fragmentação/heterogeneidade por vezes, torna-se um ponto frágil na mobilização da sociedade civil, frente a determinadas tratativas com o Governo que responde em forma de bloco.

Como diz o Entrevistado 1, ao ser perguntado sobre se há o esclarecimento sobre o papel/funções dos conselheiros no espaço do CONADE:

Não, alguns descobrem com o tempo, outros descobrem com a pressão daqui. Alguns tem uma primeira impressão que eles estão aqui para defender exclusivamente a sua entidade, outros querem defender os interesses pessoais, por exemplo, a pessoa representa algum ministério ou possui alguma deficiência ele começa a defender exclusivamente essa esquecendo da própria instituição. Em outras situações, a pessoa representa uma instituição e só se preocupa com essa instituição ou o segmento que ele representa e mais nada, não faz nenhuma ação voltada para os demais. (Conselheiro Sociedade Civil)

Porém, mesmo que essa heterogeneidade seja considerada um desafio em um primeiro momento, principalmente para conselheiros em suas primeiras gestões no conselho, há sempre um consenso buscando-se olhar para a coletividade que envolve o segmento da pessoa com deficiência, como cita o Entrevistado 2:

É claro que cada entidade dentro dos conselhos, seja no CONADE ou não, tem sua pauta específica, mesmo porque a formação lá nos municípios e estados as obrigaram a pensar dessa forma e trabalhar dessa forma. Mas o CONADE traz uma coisa interessante que todo mundo discute tudo (...). (Conselheiro Sociedade Civil)

Ainda sobre a questão da heterogeneidade o Entrevistado 3 considera a existência de uma dualidade:

Temos diversas representações aqui, cegos, surdos, síndrome de down, entre outros. Essa heterogeneidade tem aspectos positivos, no sentido de agregar as várias entidades, trabalho de unidade e também de pressão a ter uma atenção maior na criação das políticas públicas, mas ao mesmo tempo em que ocorre essa agregação dessas entidades, as vezes ocorre a facilitação dos interesses da sua própria entidade. (Conselheiro Sociedade Civil)

Outra questão fundamental, que reflete muito na mobilização da sociedade civil na perspectiva de conquistas de direitos, é o retorno as bases, que ocorre do que é deliberado pelo CONADE. Pois é no âmbito das bases, ou seja, dos Estados e municípios que demandas são identificadas e levadas para discussão no Conselho, e o que é deliberado pelo Conselho é colocado em prática no âmbito regional.

Perguntados sobre essa questão do retorno as bases, os entrevistados são claros na importância e necessidade dessa prática, tanto para as entidades que representam como para o próprio Conselho.

Para o Entrevistado 1:

Ao retornar eu tenho um prazo limitado para fazer um relatório do que ocorreu e dentro do que ocorreu o que afeta a minha entidade e eventualmente o que minha entidade deve fazer com essa informação que eu trouxe. Que ato deve ser tomado para melhor ou para pior, tanto para cumprir essa nova obrigação que surgiu, como se detectar algo de ilegal se reportar para corrigir. (Conselheiro Sociedade Civil)

Para o Entrevistado 2:

É uma tarefa que não é simples, não é fácil porque a gente lida com vários tipos de pensamentos. Que bom que tem a divergência de pensamentos, porque eu acho que é isso que constrói. Se todo mundo pensasse igual não teria sentido nós termos espaços de controle social (...) tenho que dar o retorno através do coletivo nacional de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, os meios de comunicação, as grades de informação da Central acaba dando o retorno à base dos trabalhos. E o outro papel quanto presidente é aqui, com os conselheiros e conselheiras que é discutir, encaminhar, fortalecer e ampliar o Conselho. Ampliar no sentido de visibilidade e credibilidade. (Conselheiro Sociedade Civil)



Portanto, é evidente que a sociedade civil possui suas especificidades como, por exemplo, sua heterogeneidade, porém, é um fato considerado inerente até do processo de construção de um espaço público democrático, sendo que no CONADE o bem da coletividade é considerado como ponto principal, até por todo o processo de formação desse segmento da sociedade, onde existe uma frase marcante que define bem a mobilização, na luta por conquistas de direitos, “Nada sobre nós, sem nós”.

. De fato, a sociedade civil dentro do conselho, não aparenta ser fragilizada, no entanto, há fragmentação de algumas partes, e talvez um diálogo mais fortalecido e mais ‘organizado’ entre as entidades, possa ajuda-los muitas vezes nas discussões e deliberações realizadas nas reuniões em comissões e plenária.

TATAGIBA (2002, p. 62) trata justamente de como a heterogeneidade pode ser um fator democrático importante nos espaços dos conselhos, diz que:

Heterogeneidade na composição, respeito à diferença e capacidade de construir adesões em torno de projetos específicos parecem ser condições necessárias tanto para dotar de eficácia as ações dos conselhos como para ampliar seu potencial democratizante. É do confronto argumentativo e da tentativa de diálogo entre grupos que defendem interesses distintos, e por vezes claramente antagônicos, que o conselho extra a sua força.

Fato que é reiterado na fala do Entrevistado 1: “Se dependêssemos só dos conselheiros representantes do governo, as coisas permaneceriam como estão”. (Conselheiro Sociedade Civil)

Ou seja, há um processo de consciência, pela conquista do protagonismo das pessoas com deficiência, sobre pautas referentes ao seu contexto, pensar a política com o olhar de quem realmente necessita de ações governamentais em prol de igualdade, inclusão e cidadania de fato.

### **3.2.1 O poder de decisão no CONADE presente na política pública voltada para a pessoa com deficiência**

A temática ‘poder de decisão’ no âmbito dos espaços públicos é um assunto extremamente colocado em disputa na relação entre Estado e sociedade civil, considerando a partilha do poder de decisão, no caso específico do CONADE em relação as pautas a serem abordadas e a destinação do gasto público com assuntos referentes à pessoa com deficiência no Brasil.

Segundo NEVES (2012) o objetivo dos conselhos gestores:

[...] é construir uma cultura pública de direitos colocando em xeque a forma de se fazer política no Brasil a partir das relações meramente privadas, em que a coisa pública foi tratada como algo particular e a participação da sociedade nos processos decisórios do Estado na construção de políticas públicas foi excluída.

E complementa: Uma das principais dificuldades no fortalecimento da democracia participativa é a vontade do governo de entender que esse é o melhor caminho para fortalecer a democracia e as decisões públicas, no sentido da transparência e partilha do poder de decisão com a sociedade. (NEVES, 2012, p.117)

Considerando fatores específicos do CONADE, percebe-se que a questão do poder de decisão se faz presente em âmbito interno do conselho, ou seja, na própria dinâmica e deliberações realizadas pelo conselho. Como é observado nos trechos das entrevistas a seguir, cedidos pelo Grupo GEPEDSS, a respeito do poder de decisão, no entendimento dos conselheiros:

Segundo o entrevistado 3, “Em relação ao poder de decisão, o conselheiro considera que, sem dúvida o governo tem uma melhor articulação interna, a sociedade civil não tem uniformidade no seu posicionamento”.

A entrevistada 4, remete a concepção de paridade existente no conselho para expor sua opinião sobre o poder de decisão, em relação ao maior poder de influência no conselho, menciona que tanto a sociedade civil quanto o governo possuem poder de decisão. Contudo, diz que; ‘Quando a sociedade civil quer ela consegue derrubar o governo e quando o governo quer ele se une contra a sociedade civil’. Além disso, relata que a sociedade civil no conselho é mobilizada. (Conselheiro Sociedade Civil)

Nas entrevistas e suas respectivas análises, nota-se na fala de alguns, a presença de uma prática burocrática no conselho em determinados aspectos, como segue a fala do entrevistado 5, esclarece que existe diferenças no poder de decisão, o governo, por muitas vezes, acaba empacando a sociedade civil de criar novas ideias de acessibilidade a direitos. Se sente à vontade para colocar suas ideias e experiências como deficiente auditivo, porém, entende que o governo é muito burocrático, várias questões são repetidas em pauta devido a burocracia do governo. (Conselheiro Sociedade Civil)

No entendimento do entrevistado 6, o governo passa a ter um poder de influência maior no conselho, devido as ações da política da pessoa com deficiência estar atrelada ao próprio governo, para o conselheiro, existe maior influência do governo, ele avalia isso como ruim, pois a política acaba se atrelando ao governo e seus convênios. De acordo com o entrevistado a sociedade civil poderia se mobilizar mais. Quanto à real discussão e deliberação das políticas, para ele há apenas uma consideração simbólica, mas muitas coisas ficam apenas no papel. Há pressão junto à outras instâncias para aprovações de leis, para ele, é maior o poder de articulação no legislativo do que no executivo. (Conselheiro Governo)

Para a entrevistada 7 não há uma relação de maior poder entre os segmentos no conselho, a conselheira considera a existência de constante diálogo nas pautas deliberadas pelo conselho, para ela não há maior poder de decisão entre governo e sociedade civil, todavia, há articulação entre os dois segmentos para aprovação de determinadas pautas. Para a conselheira o CONADE não só tem o poder de influenciar na agenda pública, como o dever. E que no pleno das reuniões não há outras discussões a não ser da temática da política. (Conselheiro Governo)

Nota-se, portanto, a relação de poder do Governo por ser um segmento que responde em bloco coeso, já a sociedade por ser mais heterogênea possui certa dificuldade na busca de um consenso. Porém os conselheiros(as) relatam o fato do conselho ser paritário, o poder de decisão em tese é visto e praticado de forma igual, porém dependendo da temática abordada as tensões e decisões pendem para um dos segmentos, contudo, importante salientar a importância do diálogo existente nas deliberações dentro do processo democrático exercido no âmbito do conselho.

TATAGIBA (2002, p.79) disserta o enfrentamento que garanta essa partilha efetiva do poder de decisão nos conselhos, dizendo que:

[...] os governos nos têm resistido – de forma mais ou menos acentuada dependendo da natureza do governo e do seu projeto político – às novas formas de fiscalização, controle e participação da sociedade civil no processo de produção das políticas públicas.

Portanto, é nítido que o conselho é um espaço público de disputa política, porém a sociedade civil organizando-se de forma coesa, colocando em pauta suas demandas, considerando o que pode ser benéfico para uma construção cada vez mais sólida, de uma

política pública voltada para a pessoa com deficiência, possuir força para a busca do diálogo democrático nessa construção.

### **3.3 O CONADE e a relação com o poder legislativo e suas tensões**

O CONADE é um conselho de muito poder e influência nas tratativas voltadas para a pessoa com deficiência, pois sempre está presente nas discussões que diz respeito à pessoa com deficiência que são apresentadas no legislativo e executivo, como também é constantemente consultado por diferentes órgãos.

É indiscutível o papel do CONADE diante aos direitos conquistados pela categoria e aos avanços nas políticas públicas. Desde a criação do CONADE até hoje, são listados os avanços na legislação da pessoa com deficiência, como a assinatura e promulgação do texto da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o Programa Viver sem Limites, a Lei Brasileira da Inclusão, Cotas na empregabilidade das pessoas com deficiência, entre inúmeros outros.

Há esse consenso no conselho, do papel fundante do mesmo, frente as questões voltadas para a pessoa com deficiência no âmbito do poder legislativo, o CONADE exerce a função de ser um órgão sobretudo, ‘fiscalizador’, acompanhando as tratativas do legislativo que envolvam sobretudo, as pessoas com deficiência.

Perguntados de como se dá, a relação CONADE e poder legislativo, se há uma “pressão” diante das deliberações, há o consenso entre os conselheiros de que existe sim esse acompanhamento do CONADE, porém, pode ser uma relação mais estreita, o CONADE sendo mais atuante no Congresso Nacional.

O Entrevistado 1, considera o seguinte na relação CONADE e poder legislativo:

Sim, o CONADE faz uma grande pressão sobre o legislativo justamente por essa falta de um acerto, porque o legislativo não é um bloco unido, trocam-se os deputados, há um número de deputados com um monte de boas ideias, possíveis de serem implementadas e quando algumas ideias, a nova norma traz mais problemas do que ajuda é preciso um trabalho com o legislativo. Há inclusive um acordo com os presidentes da Câmara e do Senado, de que quando houver um projeto que envolva a pessoa com deficiência que pelo menos ocorra um comunicado ao CONADE sobre, porque muitas vezes ocorrem de

julgarem uma medida com uma coisa boa e não é, por desconhecimento.  
(Conselheiro Sociedade Civil)

Mencionou também como o CONADE participou do processo de discussão e elaboração da LBI, um grande avanço recente na conquista e garantia dos direitos à pessoa com deficiência:

A Lei Brasileira de Inclusão, o primeiro projeto foi de 2000 e o segundo projeto de 2010 ele só foi aprovado exatamente em função do CONADE, primeiro projeto foi feito sem consulta de maneira mais prejudicial do que benéfica a cada vez que ele vinha sendo tocado, se conseguia deixar pior do que já estava. Ai o CONADE se manifestava e voltava, até que um dia, o legislativo desistiu dessa obsessão onde o suposto beneficiário era contra, até que resolveram convidar o CONADE e disseram, que texto vocês querem? Mas este último texto foi feito ou protelado em função do CONADE.

Para o entrevistado 2, também há o entendimento desse acompanhamento, presença do CONADE, nas tratativas do legislativo:

Sim, nós, por exemplo, tivemos na Comissão de Direitos Humanos do Congresso, nas duas casas tanto na dos Deputados quanto a do Senado, a criação de uma Comissão de Pessoas com Deficiência esse ano que o CONADE já esteve lá conversando. Nós tivemos, recentemente, com a questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência uma grande participação do CONADE desde o início tanto agora na assinatura, quanto na construção. (Conselheiro Sociedade Civil)

E ainda relata como se deu o processo de acompanhamento na construção do texto da LBI:

Desde 2000 pra cá, o CONADE desde o início tem a participação dos conselheiros que acompanhavam a construção, tivemos movimentos para não aprovar em determinado momento o estatuto da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), tivemos conversas com os relatores do projeto, esse ano mesmo estivemos com o senador Romário que era o relator do Senado do projeto, tivemos com a Mara Gabrilli, tivemos com o presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Paulo Paim, que inclusive é um dos autores do estatuto desde da década de 2000, tivemos com o Paulo Pimenta que é o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Fizemos, através das Comissões de Trabalho do CONADE. (Conselheiro Sociedade Civil)

Porém, para alguns conselheiros(as) existe o entendimento de que é preciso uma discussão mais profunda para do assunto envolvendo o legislativo, que vão para além do âmbito do conselho, envolvendo toda a política pública para a pessoa com deficiência, como retratada a Entrevistada 8:

O momento mais forte foi no momento de ratificação da convenção, houve uma mobilização tanto por parte da SDH, como por parte do CONADE, fora isso a elaboração da LBI, faltou muito mobilização, estávamos discutindo essa questão desde 2003, e foi aprovada a LBI, sem muitos avanços, porque mistura o modelo clínico do social. Mas é uma disputa de poder, mas nesse particular o CONADE perdeu uma oportunidade. O CONADE até hoje não discutiu de maneira adequada a questão da classificação de pessoa com deficiência, respaldada pela convenção, o que é um retrocesso, o modelo mais usado aqui no Brasil é o modelo clínico em detrimento do modelo social, o que limita a análise de se considerar os meios socioeconômicos também no alcance de políticas públicas para a pessoa com deficiência. (Conselheira Governo)

Na mesma direção, outros conselheiros disseram que os “temas debatidos e deliberados no CONADE, são encaminhados, sempre que necessários, para o Congresso Nacional” e que “O CONADE se faz presente no Congresso Nacional quando há necessidade”. Essa articulação, segundo um entrevistado, ocorre em diversas dimensões como a apresentação, discussão, negociação dos parlamentares e elaboração de projetos de lei.

Por outro lado, alguns entrevistados negaram que essa articulação exista. “Não há como exercer esta influência, pois o Conselho não dispõe de meios para fazê-lo”, outro relatou “O Congresso ignora o CONADE”. Houve ainda uma resposta que expressa essa dificuldade de articulação com o Congresso Nacional de forma mais ampliada: “Na verdade nossos políticos não levam muito em consideração o pensamento ou vontade dos movimentos e do povo”.

Entre os exemplos de deliberações estão o Plano Viver sem Limites<sup>14</sup>, ações na área da saúde como a Proposta para Desenvolver Diretrizes para o atendimento das

---

<sup>14</sup> Após várias conquistas na legislação e reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem limites), foi criado em 17 de novembro de 2011 com vista a criar novas iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. Sendo assim, o programa foi resultado deste compromisso político conquistado desde a Convenção Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Viver sem Limite foi pesando justamente como um plano que iria articular de forma sistemática as diferentes políticas que integram as necessidades da pessoa com deficiência, assim como de qualquer outra

Mulheres com Deficiência no SUS e a Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde e o Programa Turismo Acessível.

Diante do que supracitado, acerca da relação CONADE com o poder legislativo, considera-se uma relação que tem dado bons resultados, tanto de acompanhamento propriamente dito, como de pressão, e da presença efetiva nas deliberações em projetos de leis. O CONADE sendo o meio de mobilização das pessoas com deficiência, exerce de fato também a função de protagonista de suas demandas, assim como foi o processo da sociedade civil do segmento.

E na perspectiva de avanços conquistados com esse histórico de mobilização, alguns conselheiros(as) relatam o que consideram como tal:

Para o Entrevistado 1:

A visibilidade que se tem das pessoas com deficiência é gigantesca comparada com alguns anos atrás, o fato de terem rampas e braile em vários lugares, acho que é a parte mais visível dessa exposição. A legislação para acessibilidade, a aposentadoria para a pessoa com deficiência. E sobretudo na educação, um estudo que envolveu o Ministério da Educação, que diz respeito a como inserir a pessoa com deficiência na escola. Verificamos que a falta de escolaridade impedia a inserção maior da pessoa com deficiência na sociedade. E agora a pessoa com deficiência sabendo dos seus direitos começaram a exigir, antes não. (Conselheiro Sociedade Civil)

Para outro conselheiro, o maior avanço seria a própria existência do CONADE, dada a sua fundamental importância na política para as pessoas com deficiência no Brasil, segue sua fala:

O avanço eu já logo cito a existência do CONADE, são 15 anos apenas. Segundo seria a própria participação dele dizendo “olha, estamos aqui e queremos discutir”, provocar pauta no governo, no poder público da sociedade na sociedade não é fácil. Um segmento que sempre esteve na invisibilidade, ainda continua, mas estamos avançando, está na pauta do dia, na prioridade nos poderes públicos e provocar a discussão no Brasil em Conselhos estaduais

---

pessoa. Trata-se de um conjunto de políticas públicas estruturadas em quatro eixos, sendo eles: Acesso à Educação, Inclusão social, Atenção à Saúde e Acessibilidade.

O principal objetivo do programa seria equiparar as oportunidades entre as pessoas com e a as pessoas sem deficiência. Pois, um debate sempre discutido nessa temática da pessoa com deficiência, é que os limites e barreiras não são ou estão definidos pela condição de cada pessoa, mas sim pela própria sociedade, ou seja, os limites e barreiras enfrentados por muitas pessoas não estão relacionados à sua deficiência, mas aos limites e barreiras do meio social, nos obstáculos físicos, nas ruas, edifícios, meios de transporte, bem como no pensamento e atitudes preconceituosas das pessoas. (Fonte, SDH, Sistematização: Grupo GEPEDSS).

e municipais através de capacitação, através dos debates são avanços importantes. Nós tínhamos há 6 anos atrás quase 300 conselhos de direitos para pessoas com deficiência municipais, hoje nós temos 618, é pouco ainda perto de 5570 municípios, é pouco, mas nós não podemos negar que em 15 anos avançou. (Conselheiro Sociedade Civil)

Nos trechos de entrevistas analisados, é possível notar o cunho crítico que exerce os conselheiros(as), em suas visões das funções e ações do conselho, refletindo também, em críticas elaboradas por conselheiros(as), onde a presença do CONADE perante o Congresso Nacional é pouco efetiva, contribuindo para uma mudança de pensamento e posicionamento, existentes em vários espaços públicos, em específico o CONADE, de não limitarem-se à uma mera função consultiva, mas, sim de formuladores de práticas que fortaleçam e ampliam os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando-se em conta a contextualização conceitual de democracia, em sua concepção hegemônica como afirma (SANTOS, 2002), pautada em ideais liberais sob a ótica burguesa. E uma segunda concepção, ainda tratada por (SANTOS, 2002) como uma concepção não-hegemônica com o viés de uma democracia participativa, que (COUTINHO, 2000) chama de Democracia de massas, uma resposta, frente ao modelo liberal. Esses “novos” conceitos de democracia, são reflexos que foram sentidos no Brasil sobretudo, fim da década de 70, fundamental no processo de uma democracia participativa a ser implementada, com o processo de formação e fortalecimento da sociedade civil organizada, com seus diversos segmentos pautados na luta por conquistas de direitos, perante o Estado e início da década de 80, através da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Sendo o objeto central deste trabalho, o movimento das pessoas com deficiência, suas lutas e conquistas, por meio de organizações sociais, ganhando notabilidade no meio político e no seio da sociedade.

Dito isto, o trabalho discorreu sobre o histórico conceitual de deficiência, partindo de um modelo médico, para um modelo social de deficiência, construindo o olhar além da deficiência em si, mas também, de fatores socioeconômicos, focando em determinantes sociais, para além da deficiência.

Perpassou também por definições presentes na legislação, até o marco fundamental – na perspectiva dos direitos da pessoa com deficiência – com a promulgação do texto da Convenção Internacional da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, sendo o texto da convenção, um compromisso dos países signatários incluindo o Brasil, que participou ativamente de sua elaboração, em garantir a posse de tais direitos para as pessoas com deficiência no Brasil, de forma inclusiva e cidadã.

Seguido da LBI, um importante e significativo fruto da mobilização das pessoas com deficiência, o texto da Lei, mostra-se um árduo processo, desde 2003, passando por diversas modificações, pautado pela Convenção da ONU, e da pressão constante das pessoas com deficiência, afim de que, direitos fossem expandidos e sobretudo, garantidos e preservados.

E como principal meio de mobilização das pessoas com deficiência, a criação do CONADE no ano de 1999, foi fundamental, para a organização da sociedade civil,

voltada para este segmento, o conselho como um espaço público de deliberações, mobilizações e para o acompanhamento da legislação e o meio de pressão contra regressos de direitos. Além de diversos avanços para o fortalecimento da política como, por exemplo, a realização das quatro conferências nacionais, que traçaram importantes diretrizes para o segmento da pessoa com deficiência.

Portanto, é preciso considerar e reconhecer os importantes avanços existentes na política voltada para as pessoas com deficiência, avanços esses, oriundos da constante e permanente mobilização de uma sociedade civil, que mesmo possuidora de uma heterogeneidade extensa, preza por conquistas da coletividade, deste segmento historicamente cerceado de direitos fundamentais. Considerar as pessoas com deficiência, que conquistaram o fato de serem vistos e tratados, como sujeitos de direitos, lutando por condições de concreta inclusão e equidade é um avanço inquestionável.

A partir das questões discutidas na pesquisa podemos afirmar que, a hipótese inicial é negada, no sentido de que a heterogeneidade possa fragilizar as conquistas do segmento de pessoas com deficiência no CONADE. Constata-se que a heterogeneidade existente no conselho primeiramente se faz presente, pelo próprio conceito de espaços públicos, fazendo parte do jogo político nesse meio e mesmo que exista movimentos direcionados às causas pessoais/institucionais logo são superadas por questões, que envolvam a coletividade do segmento de pessoas com deficiência, até pelo próprio processo histórico de mobilização, tanto pelo nível de associativismo dos seus membros. E o CONADE sendo o meio fundamental para a construção de autonomia desse segmento contribuiu e contribui para a formação de uma identidade e credibilidade no jogo político em disputa no campo das políticas públicas.

Porém, a heterogeneidade reflete de forma significativa no poder de decisão do conselho, não como um fator que fragilize as conquistas, mas que serve como uma forma limitadora e um desafio presente para o maior fortalecimento das demandas da sociedade civil. Esse fato é evidenciado nas falas dos(as) conselheiros(as), que de uma forma ampla, partem do princípio da paridade como forma de composição do conselho, mas ressaltam o que é praticado, ou seja, há uma ausência no pensamento de uma “coalizão” no âmbito da sociedade civil em determinados assuntos frente ao governo nas deliberações, em síntese, nota-se uma ausência de diálogo na busca de um consenso em assuntos que acabam dividindo a sociedade civil nos seus interesses.

Por fim, no que se refere, a relação do conselho com o poder legislativo é uma relação presente sobretudo, no processo de discussão e aprovado da LBI. Porém como outro desafio, é o estreitamento desse diálogo, a presença de forma mais ativa do conselho frente as deliberações no Congresso Nacional. Porém é preciso reconhecer a notabilidade que o conselho e o segmento em si das pessoas com deficiência conquistaram no âmbito do legislativo nos últimos anos.

Dito isto, considero o trabalho enriquecedor tanto para a minha formação profissional, quanto para o segmento da pessoa com deficiência, sendo contemplado nas discussões do meio acadêmico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; MAIA, Mauricio. A cidade, o dever constitucional de inclusão social e acessibilidade. In: Revista de Direito da Cidade, vol. 08, nº 1. p.p. 225-244.

ARAUJO, Luiz Alberto David. Em busca de um conceito de pessoa com deficiência. In: Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência / Organização de Maria Aparecida Gugel, Waldir Macieira da Costa Filho, Lauro Luiz Gomes Ribeiro, Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 2007, p.p. 11-24.

BONFIM, Symone Maria Machado. A luta por reconhecimento das pessoas com deficiência: aspectos teóricos, históricos e legislativos. Dissertação (mestrado) -- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor), 2009.

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do Controle Social na Atualidade. In: Serviço Social e Sociedade; São Paulo, nº 109, pp. 126-150, jan. / mar 2012.

\_\_\_\_\_. DECRETO DE 27 DE ABRIL DE 2016. Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 8.725, DE 27 DE ABRIL DE 2016. Institui a Rede Intersetorial de Reabilitação Integral e dá outras providências.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro; São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 51)

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo*. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

1: 2006, Brasília: Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília: CONADE, 2006. Disponível em:  
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-1a-cndpd> Acesso em: 02 de junho de 2016.

CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

2: 2008, Brasília: Anais da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília: CONADE, 2008. Disponível em:  
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-2a-cndpd> Acesso em: 04 de junho de 2016.

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Relatório Final); Brasília : SDH/PR – SNPD – Conade, 2013. Disponível em:  
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/4a-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/documentos/anais-da-3a-cndpd> Acesso em: 06 de junho de 2016.

CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

4: 2016, Brasília: Anais da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Brasília: SDH, 2016. Disponível em:  
<http://dh.sdh.gov.br/download/conferencias/anais/anais.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2016.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (Coord). *Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización*. Caracas: Universidade Central de Venezuela, Faces, 2004, pp. 95-110.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*; São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DINIZ, Débora. *O que é Deficiência*; São Paulo: Ed. Brasiliense; 2007.

DINIZ, Debora; SQUINCA, Flávia e MEDEIROS, Marcelo. Qual deficiência?: perícia médica e assistência social no Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.11, pp.2589-2596. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100006>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. In: Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p. 83-94, jul-dez / 2008.

FOLLONE, Renata Ap; RODRIGUES, A nova lei brasileira de inclusão (lbi) e o acesso ao mercado de trabalho dos portadores de deficiência intelectual como instrumento de efetivação da cidadania. In: anais do congresso brasileiro de processo coletivo e cidadania, n. 3, p. 275-281, out. 2015.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU. In: Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência / Organização de Maria Aparecida Gugel, Waldir Macieira da Costa Filho, Lauro Luiz Gomes Ribeiro, Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 2007, p.p. 41-66.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. Sociedade civil e Estado: uma análise crítica. In: Democracia, sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica / organizadoras: Angela V. Neves, Alba Tereza Barroso de Castro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, pp. 60-80.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil. Tema éticos e políticos da gestão democrática; São Paulo, Cortez, 2004.

NEVES, Ângela Vieira. Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo; Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NEVES, Ângela Vieira. Os desafios da representação da sociedade civil nos arranjos participativos: em xequê a questão do controle social. In: Democracia, sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica / organizadoras: Angela V. Neves, Alba Tereza Barroso de Castro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, pp. 109-122.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Política social e os desafios estruturais da democracia no capitalismo recente. In: Democracia, sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica / organizadoras: Angela V. Neves, Alba Tereza Barroso de Castro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, pp. 15-32.

RAICHELIS, R. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE OUTUBRO DE 2010. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade/sobre-o-conade/regimento-interno>> Acesso em: 23 de maio de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: Democracia, sociedade civil e serviço social: uma perspectiva crítica / organizadoras: Ângela V. Neves, Alba Tereza Barroso de Castro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, pp. 33-58.

SOARES, Giselle Silva. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. In: Serviço Social e Sociedade; São Paulo, nº109, pp. 31-44, jan. / mar. 2012.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos Gestores e a Democratização das políticas públicas no Brasil. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil / Evelina Dagnino (Organizadora) – São Paulo : Paz e Terra, 2002, p.p. 47-104.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Sociedade Civil e Gramsci – desafios teóricos e práticos. In: Serviço Social e Sociedade; São Paulo, nº 109, pp. 5-30 jan. / mar 2012.

## **ANEXO**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA – CONADE**

➤ **Conselheiro (associativismo)**

1. O que o motivou a participar do CONADE?
2. Você já teve alguma experiência com outros conselhos?
3. Você já participou de outras gestões do CONADE? Como você se aproximou da temática em prol da pessoa idosa/pessoa com deficiência?

➤ **Representação (retorno às bases, representação técnica e política)**

4. Como se deu a sua representação no conselho durante o período de gestão?
5. Acontece um retorno da sua representação no CONADE para sua entidade/órgão? Como ele se dá?

➤ **Natureza/organização/gestão (composição, metodologia)**

6. Como foi o processo de eleição do CONADE? E na sua entidade para sua representação?
7. Você participa de alguma comissão? Ela funciona? Como elas são realizadas/organizadas?
8. Você tem acesso às informações/legislações sobre o conselho? De que forma?
9. Para você, quais seriam os objetivos do CONADE? Você considera que o papel de conselheiro foi definido e esclarecido? Por quê?
10. Ocorreu curso de formação para os conselheiros? Como se deu?

➤ **Poder de decisão (influência, poder deliberativo)**

11. Quem define a pauta do CONADE?
12. Na sua opinião, entre governo e sociedade civil existe diferença no poder de decisão no espaço do CONADE? Algum tem mais influência que o outro?



13. Nas reuniões, você se sente à vontade para colocar suas ideias?
14. Em sua opinião os conselheiros que integram o CONADE realmente discutem sobre a política pública voltada para as pessoas idosas/pessoas com deficiência? Têm poder de decisão e deliberação frente à mesma?
15. Qual a relação entre o CONADE e o Legislativo? Há alguma forma de mobilização e pressão do CONADE frente ao Legislativo? Se sim, quais os projetos foram aprovados?
16. O CONADE influencia a agenda pública na ampliação dos direitos para a pessoa com deficiência?

➤ **Práticas políticas (buracracia/tecnocracia, tensão).**

17. Na sua opinião, existe um compromisso político para concretização das deliberações do CONADE?
18. Como é a relação entre os representantes governamentais com os da sociedade civil dentro no CONADE? Essa relação provoca algum efeito político?
19. Existe pressão/fiscalização para execução das deliberações?

➤ **Impactos/avanços/desafios**

20. De maneira geral, as deliberações do CONADE têm contribuído para solucionar problemas, no que diz respeito a política para pessoas idosas/pessoas com deficiência?
21. A participação da sociedade civil no CONADE possibilita a ampliação da democratização dos espaços públicos e da gestão das políticas públicas voltadas às pessoas idosas/pessoas com deficiência? Comente.
22. Quais os avanços que você destacaria que o CONADE deixou para a política da pessoa idosa/pessoa com deficiência?
23. Quais os limites enfrentados pelo CONADE?

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado ou participar da pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa aprovado pelo CNPQ Intitulado - Espaços Públicos, Participação da Sociedade Civil e Construção Democrática: Um Estudo sobre os Arranjos Participativos na Cultura Política Brasileira, coordenado pela Prof. Dr. Ângela Vieira Neves. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_